

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Conselho
Federal de
Psicologia



XV Plenário
Gestão 2010-2013

Diretoria

Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente
Deise Maria do Nascimento – Secretária
Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Conselheiros efetivos

Flávia Cristina Silveira Lemos – Secretária Região Norte
Aluizio Lopes de Brito – Secretário Região Nordeste
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro – Secretária Região Centro Oeste
Marilene Proença Rebello de Souza – Secretária Região Sudeste
Ana Luiza de Souza Castro – Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues – Suplente
Adriana Eiko Matsumoto – Suplente
Maria Ermínia Ciliberti – Suplente
Sandra Maria Francisco de Amorim – Suplente
Tânia Suely Azevedo Brasileiro – Suplente Região Norte
Marilda Castelar – Suplente Região Nordeste
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo – Suplente Região Centro Oeste
Roseli Goffman – Suplente Região Sudeste
Celso Francisco Tondin – Suplente Região Sul
Márcia Mansur Saadallah – Conselheira Suplente 1
Mariana Cunha Mendes Torres – Conselheira Suplente 2

Conselheiros convidados

Angela Maria Pires Caniato – Convidada
Ana Paula Porto Noronha – Convidada

1 - Políticas	7
1.1 – América Latina	7
1.2 – Assistência social	8
1.3 – Comunicação	9
1.4 – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)	10
1.5 – Criança e adolescente	13
1.6 – Direitos humanos	14
1.7 – Diversidade sexual	16
1.8 – Educação	18
1.9 – Envelhecimento	22
1.10 – Mulheres	22
1.11 – Psicologia do trânsito e da mobilidade	24
1.12 – Psicologia em interface com a justiça	24
1.13 – Psicologia social	25
1.14 – Saúde	25
1.15 – Segurança pública	29
1.16 – Sistema de Cadastro Nacional dos Psicólogos	30
1.17 – Relações raciais	30
2 – Eventos	31
2.1 – VII Conpsi	31
2.2 – Debates on-line	32
3 – Orientação e fiscalização do exercício profissional	33
3.1 – Ética e processos éticos	33
3.2 – Avaliação Psicológica	33
3.3 – Credenciamento de sites	35
3.4 – Títulos de Especialista	36
3.5 – Relação das Resoluções Publicadas em 2011	37
4 – Publicações	39
4.1 – Periódicos	39
4.2 – Projeto Memória da Psicologia Brasileira	41
4.3 – Relatórios de eventos e atividades publicados	41
4.4 – Sites, Hotsites e Sistemas para Inscrição <i>On-line</i> em Eventos	42
4.5 – Notas e manifestos	43
4.6 BVS-Psi e BVS ULAPSI	46
5 – Reuniões	49
5.1 – Reuniões do XV Plenário	49
5.2 – Fóruns e Representações	52
5.3 – Comissões e Grupos de Trabalho	55
6 – – Administrativo – Financeiro	57
7 – Assessoria Parlamentar	59
8 – Assessoria Jurídica	61
9 – Ouvidoria	63
10 – Redes sociais	65
11 – Corpo Funcional do CFP – 2011	67

1.1 América Latina

Uma experiência inédita marcou a integração da Psicologia entre dois países latino-americanos em julho de 2011. O Brasil e o Peru compartilharam experiências, conhecimentos e aprendizados no I Encontro Brasileiro e Peruano de Psicologia, realizado entre os dias 18 e 20 de julho de 2011. Ambos os países fazem parte da União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI) e este tipo de evento, iniciativa do Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Colégio de Psicólogos do Peru, vem para estreitar a relação da Psicologia produzida nas duas nações. Foi a primeira vez que os dois países participaram deste tipo de experiência.

Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde

Em 2011, o CFP, representado pela conselheira Tania Brasileiro, participou das discussões do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde, um espaço de diálogo e cooperação entre gestores e trabalhadores da saúde no Brasil. Em setembro de 2011 o Fórum aprovou, em reunião regular, a Matriz Mínima de Registro de Profissionais de Saúde do Mercosul e a regulamentação de algumas profissões da área da saúde no âmbito do Mercosul, dentre elas a Psicologia.

A aprovação da Matriz Mínima pelo Fórum foi referendada pelo Subgrupo de Trabalho (SGT) nº 11 – subgrupo do Grupo Mercado Comum (GMC), órgão deliberativo da estrutura do Mercosul, que define questões relativas à saúde –, ainda em setembro de 2011, no Uruguai, e que entrará em vigência em outubro de 2012.



A aprovação da Matriz Mínima parte do reconhecimento de que é imprescindível definir parâmetros para colocar em movimento o Registro de Profissionais de Saúde em cada Estado Parte do Mercosul, permitindo a livre circulação de profissionais de saúde que desejam exercer a atividade nos Estados Partes do Mercosul.



Psicologia presente na VIII Conferência Nacional de Assistência Social

1.2 Assistência social

Os desafios da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da atuação multiprofissional nas equipes, a importância do SUAS na abordagem do uso de álcool e outras drogas e a ação das equipes em situações de emergências e desastres foram assuntos debatidos durante reunião entre o Conselho Federal de Psicologia e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Na ocasião, o CFP propôs iniciativas conjuntas para psicólogos (os) e assistentes sociais que atuam em locais com riscos de desastres e emergências. A perspectiva é construir parâmetros para o trabalho com a população na construção de comunidades segu-

ras, a fim de que todos os cidadãos sejam agentes de prevenção e estejam preparados para situações mais graves.

O CFP lembrou, ainda, a necessidade de estruturar, também, as ações após os desastres, não deixando a população abandonada depois que as cidades atingidas saem dos noticiários.

Em 2011, o Conselho Federal de Psicologia, ao lado da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e de outras entidades, passou a integrar o Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, criado durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que aconteceu nos dias 30 e 31 de março de 2011.

Além disso, o Conselho Federal de Psicologia esteve presente na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2011. Na ocasião, o CFP organizou reunião entre psicólogas e psicólogos presentes na conferência para proporcionar um espaço para o intercâmbio de ideias, práticas e experiências. Foi uma oportunidade para os profissionais discutirem articulações em torno das políticas envolvendo a assistência social, os pontos sobre a jornada de 30 horas e expressar as reivindicações dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Durante a Conferência, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) divulgou o documento “Como os Psicólogos e as Psicólogas podem Contribuir para Avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – informações para gestoras e gestores.” O objeti-

vo da publicação é dar mais informações sobre o papel que os profissionais da Psicologia podem desempenhar na atuação

1.3 Comunicação

O CFP tem como marca uma atuação comprometida com a expansão dos múltiplos discursos da categoria, de forma a construirmos uma prática de comunicação que multiplique a diversidade e a regionalidade, em nosso próprio entorno.

Em 2011, foram realizadas diversas ações visando a regulação e a apropriação do tema da comunicação para a ampliação da participação da esfera pública no processo da construção democrática, incluindo audiências junto ao Ministério das Comunicações, Ministério da Justiça e Congresso Nacional. Além disso, foram feitas articulações e fortalecimento de parcerias com os Movimentos Sociais, em especial na contribuição do CFP na elaboração dos 20 pontos para a Campanha da Comunicação Democrática no Brasil.

Durante o ano, incluímos o debate permanente sobre a Banda Larga, Redes sociais e Subjetividades, especialmente nos Processos de Credenciamento de Site e nos procedimentos sobre os Serviços Psicológicos e a Psicoterapia On-line.

O CFP estabeleceu também uma estratégia de ocupação dos espaços das redes sociais. Com a Assessoria de Comunicação, avançamos nas mídias sociais como novo marco cultu-

ral, ampliando as táticas de interlocução com a categoria no Facebook (<http://www.facebook.com/conselhofederaldepsicologia>) e Twitter (http://twitter.com/cfp_psicologia) do CFP.

Os debates on-line também foram importantes para a interlocução com a categoria e criaram uma audiência média de 1800 pontos conectados.

No mês de maio, “Comunicação e Controle Social” foi tema de mesa levada pelo CFP ao VII Congresso Norte e Nordeste de Psicologia (Conpsi), na cidade de Salvador (BA). Na ocasião, foram debatidos aspectos como democracia com controle social, a manipulação da informação e a liberdade de expressão.

No mês de maio, “Comunicação e Controle Social” foi tema de mesa levada pelo CFP ao VII Congresso Norte e Nordeste de Psicologia (Conpsi), na cidade de Salvador (BA). Na ocasião, foram debatidos aspectos como democracia com controle social, a manipulação da informação e a liberdade de expressão.

O CFP também teve participação nas discussões sobre Políticas Públicas para Conteúdo e Mídias Sociais durante o I Fórum da Internet no Brasil, no eixo Diversidade Cultural, de Gênero e Étnico-Racial. O Fórum ocorreu nos dias 13 e 14 de outubro, em São Paulo (SP).

No final do ano, o CFP foi eleito para integrar a coordenação executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) para o biênio 2012-2014. O Conselho será representado pela conselheira Roseli Goffman, que vai ocupar a Secretaria-Geral.

1.4 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

Pesquisas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) completou, em 2011, cinco anos de atuação e, neste período, investigou 21 políticas públicas setoriais na área de criança e adolescente, educação, segurança pública, justiça e saúde, dentre outras, tendo publicado seis referências técnicas e mapeado a atuação de 6500 profissionais de Psicologia nestas políticas.

Em 2011, o Crepop investigou a atuação de psicólogas e psicólogos em políticas de segurança pública e na Política Nacional do Idoso. A pesquisa sobre a atuação de psicólogas e psicólogos em Políticas de Segurança Pública teve início em 11 de abril e término em 7 de julho de 2011, e contou com a participação de 257 psicólogas e psicólogos no questionário *on-line*.

Já a pesquisa sobre a atuação de psicólogos e psicólogas na Política Nacional do Idoso teve caráter especial. Considerada pesquisa piloto para testar a proposta de reestruturação da metodologia de pesquisa do Crepop, teve início no dia 15 de agosto e ficou no ar até o dia 21 de novembro. A pesquisa contou com a participação de 389 psicólogas e psicólogos no questionário *on-line*.

Nova metodologia

A reestruturação da metodologia de pesquisa do Crepop foi deliberada na APAF 2010, a partir de uma reflexão sobre os objetivos institucionais deste pro-

jeto, bem como os desafios para os anos subsequentes. A Comissão de Reestruturação da Metodologia do Crepop conduziu as seguintes etapas:

I- Reuniões telefônicas - Janeiro 2011

Foram realizadas cinco reuniões telefônicas, por região, com os conselheiros responsáveis pelo Crepop para eleger representantes regionais para a comissão de metodologia. Após o debate, foram definidos os representantes das regiões para compor a comissão *ad hoc*: conselheira Vera Pasini-CRP07, os técnicos do Crepop Beatriz Adura-CRP05, Letícia Palheta-CRP10, Mário Rosa-CRP14 (Elisângela Ficagna), Thelma Torres-CRP02, conselheiros Monalisa Barros e Celso Tondin, do CFP.

II- Reuniões presenciais

1ª Reunião – 26 de fevereiro - Brasília-DF

Contou com a participação de especialistas da Comissão de Reestruturação da Metodologia do Crepop: a Especialista em Políticas Públicas Graça Gonçalves, o Doutor em Psicologia Eduardo Henrique Passos Pereira e a conselheira do CFP Monalisa Barros. A reunião resultou em uma primeira avaliação sobre a complexidade e importância do trabalho de reestruturação da metodologia de pesquisa do Crepop.

2ª Reunião - 25 e 26 de março – Brasília-DF

Contou com a presença dos representantes das regiões, dos especialistas e de toda a equipe da Coordenação Nacional do Crepop,

como também da Equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que prestará consultoria para a nova metodologia que está sendo concebida pelo Crepop. A reunião encaminhou as diretrizes para o aprimoramento da metodologia.

3ª Reunião - 15 e 16 de abril – Natal-RN

Contou com a presença dos representantes das regiões, dos especialistas e de toda equipe da Coordenação Nacional do Crepop, como também da Equipe da UFRN. A reunião resultou na definição de um cronograma para o trabalho da comissão e organização do Seminário.

III- Seminário de metodologia do Crepop 2011

O seminário foi realizado nos dias 15 e 16 de julho de 2011, na sede do CFP, em Brasília (DF).

Este foi um seminário interno à rede Crepop, cujo objetivo foi discutir a metodologia de pesquisa. A comissão que conduziu os trabalhos providenciou um documento para o subsídio da discussão.

O seminário resultou na execução de uma pesquisa piloto para a aplicação das alterações sugeridas, e na compilação de um documento que descrevesse a metodologia.

O resultado de todo o processo de reestruturação da metodologia foi aprovado na APAF, em dezembro de 2011.

O documento com as diretrizes e instrumentos dessa nova metodologia foi lançado em janeiro de 2012.

Reunião Nacional do Crepop

A reunião nacional do CREPOP é um encontro de periodicidade anual, promovido e custeado pelo Sistema Conselhos de Psicologia, de cunho técnico-administrativo, dirigido exclusivamente para Conselheiros/as e Técnicos/as de referência integrantes do Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP.

Com objetivo de promover o aprimoramento técnico e o fortalecimento político do CREPOP, renovando os compromissos políticos e profissionais dos integrantes da Rede CREPOP, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

A Reunião Nacional do Crepop foi realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2001, com participação de todos os regionais e a Assessoria em metodologia de Pesquisa da do Grupo Marxismo e Educação- GMPE/UFRN.

Esta reunião contou também a participação de Especialistas em Políticas Públicas e Pesquisa: Jorge Abraão, Diretor de pesquisas Sociais do IPEA, Vilma Bokany pesquisadora da Fundação Perseu Abramo; Isabel Maria Faria Fernandes de Oliveira - GPME/UFRN. Além de pesquisadores Maria das Graças M. Gonçalves, Pesquisadora na área de Políticas Públicas e Professora doutora do departamento de Psicologia da PUC-SP; Eduardo Passos, Professor Doutor de Pós Graduação em Psicologia da UFF.

Neste ano os principais pontos abordados foram:

- a) Avaliar o desenvolvimento da pesquisa do idoso a partir da nova me-

todologia, debatendo os pontos de dificuldade e possíveis reconduções do processo;

- b) Promover a troca de experiências acerca dos problemas enfrentados e soluções encontradas pelos técnicos das unidades locais ao longo do ano;
- c) Discutir o Planejamento de atividades do CREPOP para o próximo ano, considerando a contribuição de cada unidade local para a efetivação das diretrizes traçadas;

Os resultados da Reunião Nacional do Crepop foram :

- a) A aprovação e finalização do Documento de Metodologia do Crepop 2011;
- b) Definição da Política pública a ser investigada em 2012: "Atuação do Psicólogo na Política Nacional para População de Rua";

O Plano de trabalho da Rede Crepop em 2012 com a Consulta Pública de 15 áreas já investigadas Dentro das áreas de Assistência Social, Saúde, Educação dentre outras.

Publicações

Em 2011, o Crepop também ampliou os seus produtos conforme os encaminhamentos das discussões sobre a metodologia, criando produtos para públicos específicos, neste caso, para os gestores das políticas públicas. Foram escolhidas quatro grandes áreas nas quais os Crepop já realiza

pesquisa, sendo que duas foram lançadas em 2011: saúde e assistência social.

A abordagem desses documentos é voltada para a gestão das políticas públicas, com o intuito de abrir as discussões sobre a presença e contribuição da Psicologia nas macropolíticas.

O primeiro documento, de saúde, foi lançado em julho de 2011 no Congresso de Secretários Municipais de Saúde. O segundo, de assistência social, foi lançado na Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2011.

Comissões de elaboração de documentos de referência técnica

Em 2011, o Crepop organizou e acompanhou 13 comissões para a elaboração de referências técnicas, que estarão disponíveis para consulta pública em 2012.

O processo de organização e acompanhamento consistiu em convidar especialistas, realizar reuniões e dar suporte ao processo de produção do texto sobre os temas a seguir:

1. Programa de Atenção às Mulheres em Situação de Violência;
2. Sistema Prisional;
 1. Educação Inclusiva;
 2. Educação Básica;
 1. Mobilidade, Transporte e Trânsito;
 2. Questão da Terra;
 3. CAPS;
 4. Medidas socioeducativas no meio aberto;
 5. CREAS;
 6. Questão Racial;
 7. Álcool e outras Drogas;
 8. Emergências e Desastres;
 9. Atenção Básica à Saúde.

1.5 Criança e adolescente

Em abril de 2011, a conselheira Sandra Amorim assumiu vaga do CFP no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

O CFP esteve presente, em maio de 2011, na reunião ampliada do Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Emergência ou Calamidade Pública devido à Ocorrência de Desastres.

Ao longo do ano de 2011, o CFP continuou o debate sobre o chamado Depoimento sem Dano/Especial. Em junho, participou de reunião no Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. Em julho, o CFP esteve presente no evento Criança, Violência e Proteção de Direitos, em São Paulo (SP), que debateu a questão da escuta da criança e do adolescente no sistema de Justiça.

Em agosto, o CFP, juntamente com o Conselho Regional de São Paulo (CRP-SP), foi convidado a conhecer e monitorar o desenvolvimento de um projeto piloto para implantação de proposta de Escuta Especial de Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes, pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No ano em que o ECA completou 21 anos, o CFP participou de audiência com a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que abordou inquirição da criança vítima ou testemunha de violência, em agosto de 2011.

A Psicologia também se posicionou frente à internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack. Na ocasião, o CFP afirmou os princípios de um cuidado em meio aberto, humanizado, com equipes multiprofissionais qualificadas, que tenham condições de trabalho dignas garantidas, no âmbito das políticas de saúde mental e coletiva e da assistência social, que operem por meio dos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CFP também foi convidado, ao longo de 2011, para participar de programas de rádio e televisão a respeito do tema internação compulsória de crianças e adolescentes e adoção.

O CFP publicou, em setembro, nota que explica a posição da autarquia sobre a escuta psicológica de crianças e adolescentes em situação de violência. A nota explicou ainda a Resolução CFP nº 010/2010 que regulamenta a escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência na rede de proteção.

A nota também esclarece o posicionamento do CFP contrário ao “Depoimento sem Dano”, a partir de diversos argumentos pautados na legislação profissional e na defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, conforme preconiza a Doutrina da Proteção Integral.

Durante todo o ano, o CFP participou das atividades do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA),

comparecendo às assembleias e às oficinas de monitoramento da violação de direitos das crianças e adolescentes por meio da conselheira do CFP Flávia Lemos.

Em novembro, o CFP concorreu à vaga de composição do secretariado do Fórum DCA e ganhou, assumindo o cargo de Secretário Adjunto do Fórum.

1.6 Direitos humanos



No final de fevereiro, o CFP, a Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial (Renila) e a Coordenação Geral de Saúde Mental e Combate à Tortura da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), debateram possíveis encaminhamentos para as denúncias recebidas

pelo Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos (OSM) da Renila. Na ocasião, foi ressaltada a importância de uma parceria com o CFP na área e a proposta de um trabalho conjunto para conquistar avanços e combater violações aos direitos Humanos.

O CFP, representado pela sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, participou, em abril de 2011, de inspeções no Hospital Psiquiátrico Vera Cruz e no Hospital Mental de Medicina Especializada na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo. As visitas às instituições foram realizadas, após denúncias recebidas pelo Ministério da Saúde e pela Se-

cretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na inspeção foram avaliadas as condições físicas e de higiene dos hospitais, tratamento dado aos pacientes, número de profissionais da saúde, além de verificar a existência de um projeto terapêutico, ou seja, as estratégias de cuidado.

Foi constatado, pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, que não existia projeto terapêutico em nenhuma das áreas. Após as vistorias, membros das comissões foram recebidos pelo prefeito da cidade Vitor Lippi para uma reunião. O prefeito agendou uma nova reunião com o grupo para o dia 16 de maio. Com base na auditoria também foi produzido um relatório e, a partir do resultado, recomendados os ajustes necessários para os hospitais.

Em 27 de setembro, o CFP entregou a representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), documentos contendo 66 denúncias de maus tratos a pacientes internados em clínicas, hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas. As denúncias foram recebidas pelo OSM, com apoio do CFP, e pelos movimentos de usuários e familiares de serviços de saúde mental. A entrega ocorreu durante o Seminário Panorama Internacional de Prevenção e Combate à Tortura, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Relatório de Inspeção

Em ação coordenada no dia 11 de novembro, o Conselho Federal de Psicologia e três Conselhos Regionais (de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo), entregaram Representações ao Ministé-

rio Público Federal questionando políticas de internações e abrigamentos compulsórios por violação à Constituição Federal.

A entrega foi seguida pelo lançamento do Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuário de drogas, organizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. A publicação trouxe o resultado de vistorias em 68 instituições em 24 estados brasileiros e no DF, com registros de vários tipos de violações de direitos humanos.

No final de novembro e início de dezembro, o Relatório de Inspeção foi entregue ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha e à Procuradora-Geral dos Direitos do Cidadão (PFDC), Dra. Gilda Carvalho. O Relatório foi entregue ainda à presidenta Dilma Rousseff, durante entrega do Prêmio de Direitos Humanos 2011 ao Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas).

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República instaurou procedimento para apuração de violação coletiva de direitos humanos a partir do relatório da 4ª Inspeção.

Seminário e campanha

Em novembro, o VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos – Drogas: Direitos Humanos e Laço Social teve lugar na sede do CFP, em Brasília. O evento, organizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP (CNDH), lançou a nova campanha das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Ps “Em nome da proteção e do cuidado, que formas de sofrimento e ex-

clusão temos produzido?

“A campanha foi lançada com o objetivo de fazer com que a sociedade reflita sobre as formas veladas e sutis de violações que são geradas em nome da proteção e do cuidado. Mais do que voltar o foco para a exclusão, a campanha busca a atenção da sociedade para as possibilidades de proteção e de cuidado que não provocam o isolamento.

O Seminário de Direitos Humanos teve como objetivo ainda discutir: “A Relação entre as drogas e os direitos humanos, a favor de uma política solidária com o sofrimento humano”; “A política atual de álcool e outras drogas e as perspectivas futuras”; “As vulnerabilidades associadas ao consumo de drogas pela população de rua”; “A relação da droga entre crianças e adolescentes”; e “A criminalização das drogas e seus efeitos jurídicos, penais e sociais”.

Outros encontros

Estiveram reunidas no dia 20 de agosto, no Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP e as Comissões de Direitos Humanos de 19 Conselhos Regionais de Psicologia. O objetivo do encontro foi planejar ações conjuntas para os próximos anos, além de estreitar o contato entre as Comissões e os Conselhos para um trabalho mais articulado, tornando mais coletiva a discussão sobre Direitos Humanos no Sistema Conselhos.



1.7 Diversidade sexual

Em junho de 2011, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP nº 14/11, que permite aos seus profissionais transexuais ou travestis que usem o nome social na carteira de identidade profissional, bem como em documentos como relatórios e laudos.

Com a Resolução fica permitida, nos documentos resultantes do trabalho da(o) psicóloga(o) ou nos instrumentos de sua divulgação, a assinatura do nome social, juntamente com o nome e o número de registro profissional.

A decisão representa reconhecimento da igualdade de direitos desses profissionais, assim como respeito pela maneira como são identificados, reconhecidos e denominados por sua comunidade e em suas relações sociais.

O CFP elaborou Parecer Técnico sobre o projeto “Escola sem Homofobia”, com o intuito de instrumentalizar e qua-

lificar o debate público. Para a elaboração do documento, o CFP contou com a contribuição de psicólogas, psicólogos e pesquisadores de notório saber na área. Além disso, o CFP manifestou-se contra a suspensão do *kit* do projeto “Escola sem Homofobia”. Em nota, questionou o que substituirá o *kit* como estratégia de enfrentamento à homofobia nos contextos escolares e educacionais. O CFP defende o *kit* como ferramenta para a discussão do preconceito contra homossexuais que pode ajudar a diminuir a discriminação no ambiente escolar e fora dele.

O CFP participou da 2ª Marcha Nacional contra a Homofobia, que reuniu cinco mil pessoas em Brasília, no dia 18 de maio. Manifestantes de vários estados brasileiros protestaram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra os atos de homofobia que cotidianamente se repetem em todo o país. A 2ª Marcha Nacional contra a Ho-



mofobia foi promovida pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

“Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos” foi tema de mesa levada pela CFP ao VII Conpsi. O objetivo foi debater questões em prol da livre orientação sexual e identidade de gênero de LGBTs, assim como refletir sobre as contribuições da Psicologia pela consolidação e manutenção de políticas públicas que garantam os Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos por um efetivo princípio de laicidade.

Em 2011, o CFP conquistou vaga no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT para a gestão 2011-2012.

No dia 20 de julho de 2011, o CFP recebeu o prêmio Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte entregue pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos), em reconhecimento à luta contra a discriminação e o preconceito contra homossexuais.

O CFP também participou do 4º Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (Enep), em julho, em São Paulo, com o Grupo de Trabalho Saúde LGBT.

Em março, o CFP recebeu o prêmio Dignidade Solidária, oferecido pelo Grupo Dignidade, de Curitiba (PR), em reconhecimento ao seu trabalho, inclusive pela defesa pública dos materiais educativos do Projeto Escola sem Homofobia.

Na APAF de maio de 2011, foi aprovado o Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans, como proposto pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06).

Em 19 de julho, o CFP participou de debate sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, promovido pelo CRP de Minas Gerais e Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos), com representantes do Ministério da Educação e do grupo de estudos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O debate foi parte da programação da Semana da Diversidade Sexual de Minas Gerais.

No dia 20 de julho de 2011, o CFP recebeu o prêmio Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte entregue pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos), em reconhecimento à luta contra a discriminação e o preconceito contra homossexuais.

O CFP participou da Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Na Comissão Organizadora, o CFP integrou a subcomissão de comunicação, responsável, entre outras atividades, pela divulgação da conferência e orientação das atividades de comunicação social do evento. A conferência aconteceu entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011 e teve como tema central “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”.

1.8 Educação

Em 2011, considerando a contribuição que a Psicologia pode oferecer às políticas públicas educacionais, o CFP continuou na luta pela aprovação do PL 3688/2000 (PLC 60/2007), que atualmente se encontra na Câmara dos Deputados, na Comissão de Educação e Cultura, e dispõe sobre a atuação da psicóloga, psicólogo e do assistente social na educação básica. Como parte da luta pela aprovação do PL, o CFP também divulgou em seu site – www.cfp.org.br – um manifesto de apoio para ser enviado online aos deputados.

Em 2011, considerando a contribuição que a Psicologia pode oferecer às políticas públicas educacionais, o CFP continuou na luta pela aprovação do PLC 60/2007, que dispõe sobre a atuação da psicóloga, psicólogo e do assistente social na educação básica.

No dia 14 de abril, Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, o Conselho Federal de Psicologia reafirmou sua defesa por uma educação com equiparação de oportunidades.

O Conselho organizou, na ocasião, uma discussão sobre a prática de educação inclusiva na página do CFP no facebook: www.facebook.com/conselhofederaldepsicologia

Em abril, o CFP também assinou um Termo de Colaboração do Ministério da Educação (MEC) para avaliar os cursos de Psicologia no Brasil. Por intermédio da Secretaria de Educação Superior do MEC, o CFP passou a contribuir com a regulação e a supervisão do ensino superior de Psicologia. O

termo de colaboração definiu que a Secretaria de Educação do MEC passaria a disponibilizar ao CFP o acesso aos projetos pedagógicos dos cursos em processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, entre outras atividades.

Entre os dias 3 e 6 de julho, o CFP apoiou o X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, em Maringá, Paraná. Com o tema Psicologia Escolar e Educacional: Caminhos Trilhados, Caminhos a Percorrer, o Congresso destacou os vinte anos da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), entidade que luta pela inserção da psicóloga e do psicólogo no campo educacional. O CFP participou do evento com as mesas “Psicologia e Educação: Conquistas e Desafios na Constituição de Políticas Públicas e Psicologia, Direitos Humanos” e “Práticas Educativas: algumas problematizações”.

Em agosto, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do Governo Federal promoveu o seminário Políticas Públicas para uma Nova Classe Média, que contou com a participação do CFP. Um dos pontos destacados durante o seminário foi o investimento necessário em educação de qualidade, requisito fundamental para a população que ascendeu à classe média não perder a condição conquistada ao longo dos últimos anos por meio dos programas de transferência de renda. A Psicologia pode contribuir nesse cenário ao pensar um projeto de atuação profissional com intervenções em políticas públicas específicas para este novo segmento.

Em agosto, o CFP também participou de audiência com a Deputada Federal Mara

Gabrilli para solicitar a retirada de parecer favorável aos Projetos de Lei para criação de programas de diagnóstico e tratamento da dislexia e TDAH, junto à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados: PL 7081/2010; PL 3040/2008; PL 4933/2009 e PL 5700/2009. No mesmo período foram enviados ofícios a todos os integrantes da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal com a posição do CFP.

Em outubro de 2011, o CFP apoiou a V Marcha Nacional dos 10 mil pelos 10% do PIB para a Educação, em Brasília. A marcha foi convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e reivindicava a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE – PL 8.035/2010) com as emendas formuladas pelos trabalhadores em educação e os movimentos sociais, enfocando os 10% do PIB para a educação.

Houve ainda, em novembro, a participação do CFP no II Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos” - Novas capturas, antigos diagnósticos na “Era dos Transtornos”. Entre os objetivos do seminário estavam divulgar e discutir controvérsias científicas acerca do diagnóstico e tratamento de supostos transtornos de aprendizagem, tendo como pano de fundo a crítica à medicalização da sociedade. Na ocasião, as discussões se ampliaram para o campo das políticas públicas em saúde e educação e propuseram alternativas para a compreensão do contexto social e político em que a medicalização vem se proliferando.

Em dezembro, o CFP participou de audiência com o deputado Arnaldo Faria de Sá, relator do PLC 3688/2000 (PL 060/2007 no

Senado), que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Assistência Social nas escolas públicas de educação básica. Na ocasião, foi apresentada a posição das três entidades – CFP, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) – favoráveis ao substitutivo aprovado no Senado. O deputado se comprometeu a fazer o relatório baseado no substitutivo.



Entre os PLs da educação que o CFP acompanhou no ano de 2011, estão: o PL 929/2007 (PLC 235/2009), que dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia; o PLS 228/2010 (PL 1785/2011), que inclui, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying; o PLS 414/2008 (PL 6755/2010), que dispõe sobre a educação infantil até os cinco anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade; o PLS 402/2008 (PL 7081/2010), que trata do diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica; o PL 7500/2006 (PLC 76/2011), que determina a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educa-

ção básica; e o PL 5369/2009, que instituiu o Programa de Combate ao bullying.

Como parte das estratégias para aprovação do Projeto de Lei 105/2007 – que dispõe sobre a inclusão do ensino da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio – o CFP participou, no primeiro semestre de 2011, de duas reuniões em São Paulo dentro do Grupo de Trabalho do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB). Como produto destas reuniões, um documento foi encaminhado à deputada Luiza Erundina, autora do PL, para subsidiar sua assessoria no PL 105/2007. O CFP também participou de reunião com a deputada Erundina, no dia 1º de julho, para avançar no processo de aprovação do PL 105/2007, que se encontrava na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal aguardando designação de relator.

Emergências e desastres

As chuvas que castigaram vários municípios brasileiros no final de 2010 e início de 2011 levaram o Conselho Federal de Psicologia (CFP) a lançar um plano de ação, articulado com os Conselhos Regionais, para estudar a dimensão das emergências nos municípios atingidos pelas chuvas e empreender ações concretas da Psicologia com os afetados por desastres.

Paralelamente, o CFP prestou apoio solidário às vítimas de desastres – ocorridos em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás – e se colocou à disposição dos regionais para contribuir nas articulações (para prestar apoio às pessoas afetadas).

O mês de janeiro, portanto, foi marcado pela realização de diversas ações. Em 27 e 28 de janeiro, no Estado de Minas Gerais, foram promovidas pelo CFP, em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), oficinas com o tema “Ação Solidária aos afetados pelas chuvas”.

Foram construídos, em conjunto com os Conselhos Regionais, planos de ação da Psicologia em Minas Gerais (CRP 04), Rio de Janeiro (CRP 05), São Paulo (CRP 06) e Espírito Santo (CRP 16) para definir estratégias de atuação dos Conselhos de Psicologia para apoio à população nos locais que passam por situações de emergência.

Como parte do plano de ação, foi realizado em 25 de fevereiro, em Vitória, no Espírito Santo, o I Seminário Estadual de Emergências e Desastres: experiências latino-americanas de enfrentamento à questão. Ao final do encontro ficou demonstrado que a carência de uma cultura preventiva, a vulnerabilidade social e a omissão do poder público têm a sua grande parcela de culpa nos desastres.

Entre os dias 18 e 22 de março, o CFP, em parceria com o CRP-SP, promoveu Oficinas de práticas de Psicologia em Emergências e Desastres. O objetivo foi debater, analisar e propiciar a identificação de estratégias de atuação das psicólogas e psicólogos na área.

Pela grande relevância da questão de emergências e desastres, o Sistema Conselhos, coordenado pelo CFP, realizou o planejamento estratégico unificado da

Psicologia das Emergências e Desastres nos dias 8 e 9 de abril e, baseado nas deliberações do VII CNP, elaborou a proposta de ação do Sistema para esta área.

Complementarmente, foi lançada em maio a publicação *Psicologia de Emergências e Desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação*.

Para o VII Conpsi, o CFP levou a mesa “Psicologia de Emergências e Desastres: Compromisso com a Promoção de Direitos”

Em outubro, o CFP participou do 2º Congresso e Encontro Latino Americano e do Caribe em Psicologia de Emergências e Desastres, em Lima, Peru. Na ocasião, o Conselho Federal de Psicologia realizou quatro mesas para compartilhar as experiências das psicólogas e dos psicólogos brasileiros em emergências e desastres. O intuito do CFP foi fortalecer a rede latino-americana de Psicologia em emergências e desastres e construir referências técnicas para enfrentar as situações de ajuda humanitária.

Durante os dias 10 e 11 de novembro, na Câmara dos Deputados, foi realizado o Seminário Nacional sobre Proteção Civil – Perspectivas para o Brasil. O evento, organizado pela Comissão Especial de Medidas Preventivas e Saneadoras de Catástrofes Climáticas (Cecatst), contou com a participação do CFP. No seminário foram apontadas as necessidades de termos uma política eficaz no que se refere às catástrofes.

Um grande manifesto apoiado pelo CFP marcou a capital em 24 de novembro: cinco mil cruces foram colocadas na

Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para demandar políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e reconstrução das comunidades atingidas por emergências e desastres. Além das cruces, um *banner* de 15 metros trazia dados sobre os atingidos em 2010, e uma pergunta: Que políticas públicas são essas?

No mesmo período, de 23 a 25 de novembro, foi realizado Seminário sobre o tema: II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres. As conclusões dos debates do II Seminário tiveram como principal objetivo organizar as referências técnico-profissionais sobre o tema de emergências e desastres para que a atuação das psicólogas e dos psicólogos tivesse como base o direcionamento inicial do VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP).

O CFP publicou, na ocasião, um texto preparatório do II Seminário e um documento sobre a Política Pública de Defesa Civil. Entre outros tópicos, o texto preparatório abordou: o histórico da atuação do CFP no tema das emergências e desastres no plano nacional e internacional; e a possibilidade de atuação da Psicologia em Emergências e Desastres em sua interface com a defesa civil.

Também em novembro, o CFP fez articulações com movimentos nacionais de atingidos por desastres estimulando e apoiando a criação de um movimento nacional, o Movimento Nacional de Atingidos por Desastres (Monades). Houve ainda a criação, no mesmo período, da Associação Brasileira de Psicologia em Emergências e Desastres.

Em dezembro de 2011, o CFP publicou o livro “Abandonados por Desastres” – uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados. O relatório é resultado do trabalho solicitado pelo CFP ao Núcleo de Estudos e Pesqui-

as Sociais em Desastres (Neped), coordenado pela professora Norma Valêncio, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O documento descreve e analisa a afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados em desastres ocorridos no Brasil.

1.9 Envelhecimento

A Psicologia atualmente trabalha integrando o tema do idoso dentro de discussões intersetoriais, como as de saúde e de políticas públicas. Além disso, reconhece a importância da sociedade debater o tema.

Foi o caso da pesquisa iniciada em agosto e finalizada em novembro, pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), sobre a atuação das psicólogas e dos psicólogos nas políticas públicas para idosos.

Entre 23 e 25 de novembro, O CFP também participou e apoiou a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. O evento, organizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, teve como tema “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”.

Na ocasião, psicólogas e psicólogos participaram da Conferência para discutir o trabalho da Psicologia nos temas relacionados ao envelhecimento, além de discutir avanços e desafios da Política Nacional do Idoso.



de março
Psicologia
Profissão de muitas mulheres

HTTP://mulher.pol.org.br
Conheça a campanha, inscreva-se no prêmio,
envie fotos e vídeos de sua prática profissional

Prêmio profissional Democracia e equidade de gênero
Inscrições de 08 /03 a 01/06/2011,
em [HTTP://mulher.pol.org.br](http://mulher.pol.org.br)


Conselho Federal de Psicologia
Conselho Brasileiro
Regulado de Psicologia

1.10 Mulheres

Durante o ano de 2011 buscou-se incentivar e aproximar o diálogo com as diversas mulheres que compõem a sociedade brasileira e, da mesma forma, com as psicólogas brasileiras, reforçando a presença feminina na profissão.

Tendo isto em vista as comemorações do Dia Internacional da Mulher em 8 de março foi lançada a campanha – “Psicolo-

gia: profissão de muitas e diferentes mulheres” - com a proposta de retomar o diálogo sobre direitos das mulheres diretamente com as psicólogas e valorizar o protagonismo feminino e as experiências de promoção da democracia e da cidadania plena das mulheres.

Toda a campanha ficou concentrada na página <http://mulher.pol.org.br/>, por meio da qual psicólogas puderam enviar fotos e vídeos do seu cotidiano profissional. As 300 melhores fotografias e os 50 melhores vídeos foram premiados simbolicamente com camisetas alusivas à campanha. Com as fotos, foi construído um mapa com imagens da Psicologia no Brasil que mostra o número de práticas profissionais em diversos locais do país.

A página também possibilitou às psicólogas deixarem relatos de experiência, comentários e mensagens.

Como parte da campanha, também foi lançado na mesma época o Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres, que premiou experiências profissionais exitosas realizadas por psicólogas e psicólogos brasileiros. O prêmio teve como objetivo proporcionar a divulgação de atividades que articularam o saber e a prática psicológica com a construção de ações afirmativas sobre o desenvolvimento e promoção da cidadania plena das mulheres, entre outros aspectos vinculados ao exercício da democracia. As inscrições ficaram abertas de 8 de março a 1º de junho de 2011. Os três primeiros colocados (veja abaixo) receberam a premiação em dinheiro e foram gravados vídeos com depoimentos

dos vencedores. Durante o debate *on-line* Psicologia Brasileira: profissão de muitas e diferentes mulheres, evento realizado no dia 23 de agosto em comemoração ao dia da psicóloga e do psicólogo, foram anunciados os vencedores e lançados também uma série de vídeos curtos sobre o tema “Mulheres e a Psicologia”. O debate *on-line* também fez parte da campanha que busca valorizar a atuação das mulheres na Psicologia.

1º Lugar:

Título: “Gênero, Direitos Humanos e Cidadania: a Psicologia contribuindo para a resignificação da experiência da deficiência em mulheres de camadas populares “

Autores: Marivete Gesser – CRP/SC 05091, Adriano Henrique Nuernberg – CRP/SC 03019

2º lugar:

Título: “As Oficinas Sociais e o Fortalecimento da Autonomia Feminina”

Autores: Paloma Abelin Saldanha Marinho CRP: 05-40706 Emmanuela Neves Gonsalves CRP: 05-37810 Luciana Francez Cariello CRP: 05-39865 Regina Cibele Serra dos Santos Jacinto CRP: 05-31644

3º lugar

Título: “Mexendo no vespeiro “

Autores: Simone Francisca de Oliveira – CRP 23288/04

O combate à violência contra as mulheres também ganhou prioridade no ano de 2011 pelo CFP. Uma comissão especial trabalhou durante o ano na elaboração do Documento de Referência para Atuação

das Psicólogas e dos Psicólogos em Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, que está em etapa de finalização. Na página www.crepop.pol.org.br é possível acessar o relatório da pesquisa sobre o tema.

Em maio de 2011, o CFP continuou a luta pelo parto humanizado e participou da Marcha das Parteiras – Uma luta pela Humanização do Parto.

No final do ano, de 12 a 15 de dezembro, o CFP participou da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, promovida pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM).

Esta Conferência foi o resultado de várias etapas ao longo do ano: as conferências municipais, estaduais e os encontros temáticos que culminaram no evento do mês de dezembro. O propósito da Conferência foi a construção da igualdade cívica, social e de direitos; e teve como tema “A Autonomia Econômica, Cultural, Política e de Trabalho das Mulheres”. Como parte de sua participação na conferência, o CFP editou ainda o texto orientador “Contribuição da Psicologia para a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres”.

Em 2011, o CFP também buscou consolidar sua participação no Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, espaço para propor e opinar sobre os rumos das políticas públicas femininas. A vaga foi conquistada em agosto de 2010.

1.11 Psicologia do trânsito e da mobilidade

No início de dezembro, o CFP realizou o debate *on-line* “Psicologia do Trânsito e Avaliação Psicológica de Motoristas”. Com transmissão em tempo real, a discussão foi assistida por mais de 2 mil pessoas de todo o Brasil. A participação dos telespectadores contribuiu para as discussões sobre a participação da Psicologia no tema, além de propor melhoras na atuação dos profissionais da área. Na ocasião, foram discutidas as diversas formas de avaliação, seus alcances e possibilidades. O objetivo foi oferecer a oportunidade de atualização e qualificação de profissionais que trabalham na área. Entre os temas discutidos no debate, estava “Mobilidade Humana, Violência e Avaliação no Trânsito”.

No final de 2011, o CFP também publicou uma nota de esclarecimento sobre a Resolução nº 13/2007, que institui a consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe normas e procedimentos para seu registro, devido a questionamentos sobre a possibilidade de aproveitamento e complementação de carga horária para os cursos de especialista em Psicologia do trânsito.

1.12 Psicologia em interface com a justiça

Em fevereiro de 2011, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução nº 002/11, que determinava a prorrogação da suspensão dos efeitos da Resolu-

ção nº 009/2010, que regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional. Com a prorrogação, a suspensão foi até o dia 2 de junho de 2011. A decisão foi tomada considerando o deliberado pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) em dezembro de 2010, que definiu pela necessidade de continuar o debate sobre o tema com a categoria.

O novo texto da resolução foi aprovado em maio pela APAF. No dia 2 de junho, entrou em vigor a Resolução nº 012/11. Durante o período de suspensão dos efeitos da Resolução CFP nº 09/2010, foram realizados debates que abriram possibilidade para a produção de uma resolução que contemplasse a diversidade da profissão e a complexidade do tema.

Em julho, o CFP publicou nota pública sobre a mesma Resolução, abordando os seguintes temas:

I) O processo democrático de construção da Resolução CFP nº 12/2011; e
II) Os pressupostos legais, os “considerandos” e os artigos da Resolução CFP nº 12/2011.

Em agosto, a Justiça Federal de São Paulo – 7ª Vara Federal Cível de São Paulo – extinguiu Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo em desfavor do Conselho Federal de Psicologia, que tinha o objetivo de declarar nula a Resolução CFP nº 009/2010. O entendimento foi que com a edição da Resolução CFP nº 12/2011, que substituiu a 009/2010, houve perda do objeto da ação.

A decisão representou um passo im-

portante no reconhecimento público da Resolução nº 12/2011, que estabeleceu o papel da psicóloga e do psicólogo no sistema prisional e colocou limites éticos para a sua participação nos chamados exames criminológicos.

“Reflexões sobre as Instituições Penais e Atuação Técnica no Sistema Prisional: Exame Criminológico em Debate” foi tema de mesa levada pelo CFP ao VII Conpsi. O objetivo foi contribuir para reflexão da conjuntura social e política a partir do estabelecimento de um Estado Penal em escala mundial, tendo como elemento analisador o fenômeno da criminalização das questões sociais.

1.13 Psicologia social

Em 2011, O CFP esteve presente no 16º Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), que ocorreu entre os dias 12 e 15 de novembro, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife.

Com o tema “A Psicologia Social e seus Movimentos”, o objetivo principal do encontro foi promover a visibilidade e troca de conhecimentos e experiências no campo da Psicologia social em sua interface com a produção acadêmica, os movimentos sociais e a gestão pública.

1.14 Saúde

Em 2011, o CFP intensificou suas lutas pelo fortalecimento do Sistema Úni-

co de Saúde (SUS) e pelo tratamento em liberdade. Tendo isto em vista, o CFP participou de discussões em diversos eventos democráticos e de participação da sociedade civil.

Em janeiro foi feita uma carta aberta à sociedade brasileira com ponderações sobre políticas de drogas no Brasil, assinada por diversas entidades, entre elas o CFP.

Em maio, o CFP levou a discussão sobre a “Política de Álcool e Drogas: Ampliando o Debate” ao VII Conpsi. A mesa teve como objetivo contribuir com o debate sobre o uso abusivo de álcool e drogas, na busca de alternativas e propostas para ações de enfrentamento ao problema. A partir de diversos olhares, buscou-se ampliar a discussão, contribuindo com o debate e lançando novas questões.

Em julho, o CFP participou do XXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). A companhia teatral Zazarte Produções e Projetos Culturais, a convite do CFP, fez diversas encenações com bonecos, interagindo diretamente com os participantes do evento sobre temas como saúde mental, alcoolismo, consumo de drogas e saúde, tanto da mulher quanto do homem. Durante o evento foi lançada a publicação produzida pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do CFP, “Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS”, que traz referências para a atuação das psicólogas e dos psicólogos na saúde pública.

Em agosto, o CFP publicou seu posicionamento frente à internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack e pela não inclusão das comunidades terapêuticas na rede de serviços do SUS.

Em 27 de setembro, o CFP se uniu às manifestações do movimento Primavera da Saúde, que pede mais recursos para a Saúde Pública no Brasil e a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde. O Conselho participou do movimento reivindicando o tratamento dos usuários de drogas com cidadania, em meio aberto, sem internação e sem segregação e reiterou seu posicionamento contrário ao financiamento das chamadas comunidades terapêuticas com verba do SUS.

Os participantes da Primavera da Saúde foram recebidos em duas audiências, pela Ministra Ideli Salvati, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e pelo Secretário Nacional de Articulação Social, Paulo Maldos. Nas ocasiões, foram apresentadas preocupações sobre o financiamento do Sistema Único de Saúde e sobre a garantia do direito à saúde no país.

Em setembro, também foi criado o *site* Drogas e Cidadania, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico: drogasecidadania.cfp.org.br, parte da campanha do CFP sobre o tema. A campanha surgiu após deliberação da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselho, em maio de 2011.

O *site*, alimentado pelo CFP, tem como principal objetivo disponibilizar às psicólogas, psicólogos e outros interessados, notícias, posicionamentos, vídeos e referências sobre o tema de álcool e outras drogas.

Junto com o *site*, o CFP lançou um manifesto: “Drogas: pelo tratamento sem segregação”, divulgado amplamente na *internet* com um abaixo-assinado.

O CFP lançou ainda, em setembro, a filipeta “13 razões para defender uma política para usuários de crack, álcool e outras drogas sem exclusão”, distribuída nos diversos eventos em que esteve.

No mês de outubro, o CFP participou da 226ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde que discutiu a política de combate ao álcool e outras drogas, com a presença do Ministro da Saúde Alexandre Padilha. Na ocasião, o CFP reivindicou a realização de uma audiência com a presidente Dilma Rousseff para tratar do tema com movimentos sociais e usuários de saúde mental.

O Conselho também participou ativamente da 14ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada de 30 de novembro a 4 de dezembro, que teve como tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”. A Conferência realizou um ato pela aprovação da Emenda Constitucional nº 29. Além disso, com o apoio dos representantes do CFP e várias entidades da sociedade civil, a conferência posicionou-se negativamente ao repasse de dinheiro público para as comunidades terapêuticas.

Também em dezembro, foi escrita mensagem direcionada à presidenta Dilma Rousseff: “Por uma política de álcool e outras drogas não segregativa e pública”. O texto foi redigido pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Rede de Internúcleos de Luta Antimanicomial (Renila) e convocava psicólogas, psicólogos e a sociedade a enviarem o manifesto, que também foi direcionado aos Ministros e Ministras da Saúde, Casa Civil, Justiça, Secretaria-Geral da Presidência da República.

Ainda em dezembro, o CFP divulgou a publicação “Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011”. O Decreto nº 7.508/2011 regulamenta a Lei 8.080/1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) solicitou ao CFP, em dezembro, posicionamento sobre a participação da psicóloga e do psicólogo no teste rápido de HIV. O CFP, após receber a demanda, solicitou encontro entre a SBPH e o departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde a fim de discutir o assunto.

Saúde mental

Em abril de 2011, foi realizado um levantamento na cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo, que possui o maior número de internos em hospitais psiquiátricos do país em relação à sua população. Psicólogas e psicólogos do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas) estiveram em Brasília no dia 31 de abril e reuniram-se

com entidades do governo e o CFP para encaminhar as denúncias visando à garantia dos direitos dos usuários aos serviços de saúde mental.

Em fevereiro, o CFP fez uma carta aberta ao Ministro da Saúde, recém-nomeado, Alexandre Padilha, solicitando atenção para a garantia dos direitos dos usuários de saúde mental, a implementação efetiva da política antimanicomial prevista na Lei nº 10.216/01 e colocando-se à disposição ao diálogo para avançar na concretude das políticas urgentes à população brasileira.

No mesmo mês de fevereiro, o CFP, a Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial (Renila) e a coordenação geral de Saúde Mental e Combate à Tortura da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), se reuniram para debater encaminhamentos para as denúncias recebidas pelo Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos (OSM) da Renila, mantido com apoio do CFP. Foi proposta, na ocasião, parceria entre a SEDH e o CFP para conquistar avanços e combater violações aos Direitos Humanos.

O Colegiado de Coordenadores de Saúde Mental reuniu-se nos dias 9 e 10 de agosto para discutir e avaliar as políticas públicas sobre álcool e outras drogas. O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participou do debate que também contou com a presença de diversos profissionais da saúde, incluindo a conselheira do CFP Heloíza Massanaro.

Durante a reunião, foi produzido um documento contrário ao financiamen-

to público de comunidades terapêuticas, que foram entendidas como lugares de exclusão e totalitarismo e, além disso, houve a aprovação de uma moção de repúdio às internações compulsórias.

Em agosto, houve também o lançamento do relatório da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersectorial. O lançamento contou com uma mesa redonda composta por representantes do governo, profissionais da saúde e da sociedade civil. A apresentação do relatório a Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, contou com a participação do CFP. Além de apresentar o documento, solicitaram audiência com a presidente Dilma Rousseff para posicionar-se contra o financiamento público, via Sistema Único de Saúde, para comunidades terapêuticas.

Ato Médico

O CFP participou do 4º Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (Enep), em julho, em São Paulo, compondo o Grupo de Trabalho Ato Médico.

Em 29 de setembro, o CFP participou de uma Audiência Pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal que debateu, com representantes de diversas profissões da saúde, o chamado PL do Ato Médico (PLS 268/2002 – PLC 7.703/2006). O retrocesso trazido pelo projeto do Ato Médico, bem como a necessidade de diálogo para que todos os lados sejam ouvidos e coloquem suas posições, foram pontos tratados nas falas dos representantes de diferentes áreas da saúde.

Em 20 de dezembro de 2011, o Conselho Federal de Psicologia, em conjunto com outras profissões da saúde, se mobilizaram no Senado Federal contra a aprovação do chamado PL do Ato Médico, que estava pautado para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia seguinte (21).

Em carta entregue aos senadores membros da CCJ, o Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, o Conselho Federal de Enfermagem, o Conselho Federal de Fonoaudiologia e o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, explicaram as razões pelas quais são contrários à proposta: “o projeto fere não somente uma profissão, mas sim todo um paradigma de saúde que nosso país conquistou arduamente ao construir o Sistema Único de Saúde (SUS) e que, com ele, fortalece a ideia de que a saúde é uma construção multissetorial”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal não deliberou no dia 21 de dezembro sobre o PLS 268/02. Os trabalhos da Comissão foram encerrados sem que a deliberação tivesse sido feita. Na ocasião, os senadores Marta Suplicy (PT-SP), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Luiz Henrique (PMDB-SC) elaboraram um pedido de vista coletivo.

O CFP também fez, em 2011, um novo manifesto contra o PL do Ato Médico, que buscava a mudança em um trecho do PL para garantir a atuação privativa da Psicologia e das outras profissões de saúde. A

solicitação também foi feita pelo CFP, em reunião com representantes de Conselhos Profissionais de Saúde e com o relator da matéria, Senador Antônio Carlos Valadares (PSB), no final de novembro. O pedido foi para que houvesse a junção dos parágrafos 6º e 7º do artigo 4º – que determina as atividades privativas do médico. Desta forma, seria assegurado às demais profissões da área da saúde o que está garantido à Odontologia no parágrafo 6º, ou seja, que o disposto no artigo não se aplica ao exercício de competências de outras áreas da saúde, incluindo a Psicologia.

Como parte do manifesto contra o PL do Ato Médico, o CFP divulgou em seu site (www.cfp.org.br) manifesto – com a possibilidade de envio por estado - aos senadores, questionando o texto do Projeto de Lei do Ato Médico.

1.15 Segurança pública

O CFP, no que tange à temática da segurança pública, quer ampliar a concepção de conflito para além das individualidades e concebê-lo como uma experiência que se localiza em uma sociedade, em uma cultura, em uma história. O CFP busca, portanto, a compreensão de que para além do indivíduo isolado, com suas idiosincrasias, há o desafio de transformar um sistema repressivo que adoce procedimentos, sociabilidades e formas de subjetivar o mundo.

O início de 2011 foi marcante para o Conselho Federal de Psicologia no âmbito da segurança pública. O CFP tomou posse,

em dezembro de 2010, no Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) e iniciou seu biênio com outras 25 instituições eleitas. O CFP obteve a quinta das seis vagas para entidades da sociedade civil. Esta foi a primeira eleição direta para escolher os integrantes do Conasp. Entidades de todo o país, credenciadas antecipadamente, puderam participar da votação via *internet*.

Em abril, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) iniciou uma pesquisa nacional sobre a atuação das psicólogas e psicólogos em políticas de segurança pública, que foi até julho de 2011. A pesquisa foi composta por duas etapas: pesquisa *on-line*, que reuniu informações sobre a prática das psicólogas e dos psicólogos que atuavam no campo, e pesquisa qualitativa nos Conselhos Regionais de Psicologia.

1.16 Sistema de Cadastro Nacional dos Psicólogos

O Cadastro Nacional está em funcionamento na estrutura do CFP.

A maioria dos CRPs está com suas bases de dados padronizadas. O *Siscafweb* já está disponível para uso dos CRPs, psicólogas, psicólogos e público em geral. Já há um *link* disponível no *site* do CFP para acesso ao sistema. Também os CRPs do Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro e Paraná disponibilizam acesso ao sistema em seus

sites e fizeram os ajustes necessários, tais como: configuração de boletos para impressão, disponibilização de *links*, sincronização semanal das bases de dados. Os CRPs dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco estão em vias de disponibilizar em seus respectivos *sites*.

O Cadastro Nacional também entrou em fase piloto de recadastramento. Iniciamos a campanha de recadastramento no CRP-01, onde foi detectada a necessidade de várias correções e melhorias no método utilizado para as psicólogas e os psicólogos atualizarem seus dados. Realizadas essas mudanças, o recadastramento será disponibilizado paulatinamente em outras regiões do país.

1.17 Relações raciais

“As políticas de gênero e de relações étnico-raciais: implicações para a atuação das psicólogas e dos psicólogos” foi tema de mesa levada pelo CFP ao VII Conpsi, com o objetivo de fomentar a discussão sobre as questões de gênero e as relações étnico-raciais. A proposta do debate foi no sentido de sensibilizar e preparar a categoria das psicólogas e dos psicólogos brasileiros para que sua atuação resulte em avanços na implantação de políticas públicas respaldadas nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade. Planejamento Unificado para o tema “Álcool e Outras Drogas” 2011–2013.

2.1 VII Conpsi

O Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi) aconteceu entre os dias 11 e 14 de maio, no Centro de Convenções de Salvador (BA) e teve como tema “Psicologia e Saberes Psicológicos e suas Interconexões”. O evento buscou ser um espaço nacional de diálogo entre o mundo acadêmico e o mundo profissional da Psicologia brasileira, buscando fortalecer o intercâmbio entre a produção de conhecimento científico e a qualificação e desenvolvimento dos serviços prestados à sociedade pelas psicólogas e psicólogos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou do Conpsi realizando mesas de debate que discutiram “Políticas de gênero e de relações étnico-raciais: implicações para a atuação das(os) psicólogas(os)”; “Novas perspectivas para a avaliação psicológica brasileira”; “Psicologia emergências e desastres: compromisso com a promoção de direitos”; “Reflexões sobre as instituições penais e atuação técnica no sistema prisional: o exame criminológico em debate”; “Políticas de álcool e drogas”; “Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos”; e “Comunicação e controle social”.

Durante o Congresso, o CFP lançou seis publicações, que são obras importantes para a Psicologia brasileira. Uma das publicações lançadas pelo CFP foi o Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil. A preparação do Dicionário mobilizou uma equipe com mais de 200 autores em vários estados brasileiros, recolhendo cerca de 260 verbetes que passaram por análise historiográfica e de estilo.



A publicação resgata o histórico de instituições da profissão criadas entre o século XIX e 1980. O Dicionário faz parte do Projeto Memória da Psicologia Brasileira e servirá para estudantes, professores e pesquisadores, como também para profissionais que se interessam em entender as origens e tendências de sua própria atuação.

Além do Dicionário, foram lançados no Congresso os livros “Clínica-Escola: Um Percurso na História e na Formação em Psicologia no Brasil” e “Psicologia e direitos da infância: Esboço para uma história recente da profissão no Brasil”; ambos do projeto Memória da Psicologia Brasileira.

Outras publicações do CFP também serão divulgadas na ocasião: “V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas”; “Psicologia em interface com a Justiça e os Direitos Humanos” e “Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos”.

Como já é tradição, o Conselho Federal de Psicologia promoveu, no dia 11 de maio, o VI Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Democracia e Promoção de Direitos, que antecipa o Conpsi. Cerca de mil pessoas acompanharam os debates do VI Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas, entre estudantes e profissionais da área, que lotaram o auditório do Centro de Convenções de Salvador (BA) para ouvir falas que analisaram a conjuntura social brasileira, uma agenda estratégica para a Psicologia, ou seja, um novo trajeto para a profissão no Brasil, além de serem instigados a pensar como os profissionais da área podem atuar articulados às necessidades da sociedade brasileira.

Os debates apontaram a necessidade de uma construção coletiva, que contemple a diversidade de pensamento tanto da Psicologia quanto da sociedade, e seja voltado para o compromisso social a que a profissão se propôs nos últimos anos.

2.2 Debates on-line

O Conselho Federal de Psicologia realizou ao longo de 2011 três debates *on-line*. Importante ferramenta para promover discussões sobre os mais variados temas, os debates *on-line* possi-

bilitam que o público participe enviando perguntas e comentários por email. Além disso, é uma forma de levar as discussões dos temas abordados pela Psicologia para todo o Brasil. Os vídeos podem ser vistos na página do CFP no *you tube*.

Debate on-line	Pontos conectados
Psicologia brasileira: profissão de muitas e diferentes mulheres – agosto de 2011	500 pontos
Dia Nacional da BVS-Psi – agosto de 2011	1.050 pontos
Psicologia do Trânsito e Avaliação Psicológica de Motoristas – dezembro de 2011	1.900 pontos

3.1 Ética e processos éticos

Ao longo do ano, foram realizadas 8 plenárias com julgamentos de processos éticos, nas quais foram julgados 41 processos.

3.2 Avaliação Psicológica

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) recebeu dois novos membros nessa nova gestão e a conselheira Ana Paula Noronha foi indicada para acompanhamento das atividades. Da mesma forma, foram convidados mais pareceristas para avaliação de testes e mais 20 pessoas aceitaram compor o quadro de pareceristas. Assim, encerramos o ano de 2011 trabalhando com oito convidados na Comissão, 52 pareceristas e o acompanhamento de uma conselheira.

Reuniões realizadas

Em 2011, houve quatro reuniões presenciais e cinco reuniões realizadas por telefone.

Testes psicológicos avaliados

De acordo com a Resolução CFP nº 002/2003, só podem ser usados, profissionalmente, no Brasil testes com avaliação favorável, emitida pelo CFP, que determina se eles atendem aos requisitos especificados na Resolução. Em 2011 a CCAP recebeu 17 testes. Entre eles, três receberam análise desfavorável,



nove receberam análise favorável e cinco continuam em análise. Em 2011, a CCAP analisou também 15 testes que chegaram ao CFP nos anos de 2008 a 2010. Entre eles, quatro receberam avaliações favoráveis, quatro desfavoráveis e sete continuam em análise. A CCAP avaliou também 15 instrumentos para identificar se são testes psicológicos e, portanto, privativos às psicólogas e aos psicólogos.

Nesse ano, a CCAP acompanhou o desenvolvimento do novo Sistema de Testes Psicológicos (Satepsi) que será lançado em breve, trazendo ferramentas mais interativas, modernas e práticas para emissão de pareceres e relatorias eletrônicas, acompanhamento das avaliações e consulta de testes psicológicos mais completos. A CCAP manteve o diálogo com os autores e editoras, prestando esclarecimentos e fornecendo retorno acerca daquilo que precisa ser modificado para que o teste receba avaliação positiva.

Cabe lembrar também que outro trabalho importante mantido pela CCAP foi o acompanhamento da validade dos estudos dos instrumentos que têm seus prazos definidos na Resolução CFP nº 002/2003. Desde o ano de 2010, a CCAP tem alertado que, a partir do vencimento desses estudos, os testes terão seu uso profissional proibido, garantindo assim a qualidade dos testes e estimulando os interessados a realizarem novos estudos.

Entretanto, destaca-se no ano de 2011, a realização do Ano Temático em Avaliação Psicológica que contou com a participação de estudantes de Psicolo-

gia, psicólogas, psicólogos, entidades da área em eventos regionais realizados em todo território brasileiro. O Seminário Nacional de Encerramento do Ano Temático foi realizado nos dias 23 e 24 de março de 2012. Posteriormente será publicado um documento síntese com as informações sobre o Ano Temático.

2011: Ano da Avaliação Psicológica

O Sistema Conselhos de Psicologia elegeu 2011 como o ano da Avaliação Psicológica. O tema guiou, durante todo o ano, os debates, as reflexões e a construção de referências para a atuação profissional. As discussões aconteceram em torno de três eixos. O primeiro se referiu à qualificação. Nele, foram considerados os critérios de reconhecimento e validação dos testes psicológicos a partir dos direitos humanos, bem como a confecção de manuais especificando contextos de aplicação e âmbitos de ação da Avaliação Psicológica. Além disso, este eixo considerou o reconhecimento da avaliação enquanto processo. O segundo eixo, relacionou-se aos contextos em que a avaliação se insere, considerando as possíveis relações institucionais presentes. O terceiro promoveu debates sobre as relações da Avaliação Psicológica no contexto de formação.

O lançamento do ano temático foi feito durante o VII Conpsi, com a mesa "Novas perspectivas para a avaliação psicológica brasileira".

Durante o ano, foram realizadas diversas atividades: 116 eventos regionais, com a presença de cerca de 5.385 psi-

cólogas e psicólogos; dois debates *on-line*, “Psicologia do Trânsito e Avaliação Psicológica de Motoristas”, que foram assistidos por mais de duas mil pessoas de todo o Brasil; e o debate “Avaliação Psicológica e os Direitos Humanos”, que alcançou 1.600 pontos conectados.

Além disso, foi realizado o Prêmio Profissional “Avaliação Psicológica na Perspectiva dos Direitos Humanos”, que recebeu 37 trabalhos-inscrições, das quais 30 para a categoria individual e sete para trabalho em equipe. Foram

premiados três trabalhos individuais e dois em equipe.

O CFP, em parcerias com os CRPs, lançou uma publicação com os textos geradores para o ano temático, com o objetivo não só de alimentar a reflexão sobre o tema, mas também de contribuir para os debates realizados pelos Conselhos Regionais.

O Seminário Nacional de Encerramento do Ano Temático em Avaliação Psicológica, realizado nos dias 23 e 24 de março, encerrou o ano temático.

3.3 Credenciamento de sites

No ano de 2011, a Comissão Nacional de Credenciamento de *Sites* do Conselho Federal de Psicologia com os Conselhos Regionais de Psicologia deu continuidade ao trabalho de credenciamento de *sites* que fazem orientações psicológicas mediadas por computador, conforme previsto na Resolução CFP nº 012/2005. Em 2011, foram avaliados 118 *sites*, sendo que destes 85 foram aprovados para obtenção do selo, 24 foram reprovados e nove não propunham a realização de serviços psicológicos *on-line*, portanto, não se aplicam. Assim, atualmente há ao todo 152 *sites* aprovados, 93 *sites* reprova-

dos e 68 *sites* que não se aplicam a Resolução CFP nº 12/2005, além dos *sites* que estão em análise.

Em outubro, foi lançada a Nova Versão do Sistema de Credenciamento de *Sites* que implementou ferramentas de segurança ao selo e facilitou a tramitação da avaliação dos *sites*. E no dia 22 de novembro de 2011 foi realizado o Seminário Serviços Psicológicos *On-line* com uma palestra e duas mesas que foram transmitidas *on-line* para todo o Brasil.

Sites analisados em 2011	
Sites aprovados com selo	85
Sites reprovados	24
Sites que não se aplicam	9
Total de sites avaliados	118

3.4 Títulos de Especialista

Concursos

Em 2011, o CFP promoveu dois concursos de provas e títulos de especialidades da área de Psicologia. Em agosto, o concurso foi voltado para a especialidade de Psicologia Hospitalar. Já o concurso realizado em dezembro, realizado em 13

capitais do país, tratou da especialidade Psicologia de Trânsito.

O CFP possui um total de 77 cursos com a validade vigente e 49 com a validade expirada, totalizando 126 cursos. Sendo eles:

Especialidade	Novos Cursos credenciados pelo CPF	Recredenciados
Neuropsicologia	3	-
Psicologia Clínica	5	16
Psicologia Hospitalar	2	5
Psicologia Jurídica	1	-
Psicologia do Trânsito	2	-

Especialidade	Cursos
Psicologia Clínica	85
Psicologia Hospitalar	20
Psicologia Organizacional e do Trabalho	2
Psicologia Escolar e Educacional	1
Neuropsicologia	10
Psicomotricidade	1
Psicologia do Trânsito	3
Psicologia Jurídica	2
Psicologia do Esporte	1
Psicopedagogia	1
Total	126

3.5 Relação das Resoluções Publicadas em 2011

Ano	Resolução CFP Nº	Ementa
2011	01	Dispõe sobre os valores das diárias, ajuda de custo e <i>jetons</i> a serem pagos pelo CFP.
2011	02	Dispõe sobre a suspensão dos efeitos da Resolução CFP nº 09/10 – Sistema Prisional.
2011	03	Prorroga a data de vencimento das anuidades das seguintes cidades Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom jardim, São Vale do Rio Preto, Sumidouro e Areal.
2011	04	Reformulação orçamentária.
2011	05	Cria o CRP-20.
2011	06	Dispõe sobre eleições extraordinárias no CRP -20.
2011	07	Regulamenta o Prêmio “Democracia e Cidadania plena das Mulheres”.
2011	08	Aprova o Regimento Interno do CRP-19.
2011	09	Altera a Resolução CFP nº 07/2009 – Avaliação Psicológica no Contexto do Trânsito.
2011	10	Cria os cargos: Assistente de Secretaria no Setor de Apoio e NAOC.
2011	11	Extingue o banco de horas.
2011	12	Regulamenta o Sistema Prisional.
2011	13	Cria o Setor de Ouvidoria e seus cargos administrativos.
2011	14	Regulamenta o nome social na carteira da psicóloga e do psicólogo.
2011	15	Regulamenta o Prêmio da Avaliação Psicológica na Perspectiva dos Direitos Humanos.
2011	16	Aprova o Regimento Interno do CRP-20.

4.1 Periódicos

Psicologia: Ciência e Profissão

A Revista Psicologia: Ciência e Profissão, publicação trimestral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, chegou ao trigésimo primeiro ano em 2011 e foi incluída na Coleção SciELO Brasil, publicação eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, e na PsycINFO, base de dados da *American Psychological Association*, que reúne publicações da Psicologia desde 1800.

Além disso, a revista entrou para as bases: REDALYC e PSICODOC, no final de 2011.

Em 2011, foram lançadas quatro edições da revista, totalizando 60 artigos. Ao todo, em 2011, a revista recebeu 258 artigos, dos quais 115 estão em processo de avaliação e 57 foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista.

Compuseram a Comissão Editorial da revista:

Editora Responsável: Marilene Proença Rebello de Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo (SP) – Brasil)

Comissão Editorial: Neuza Maria de Fátima Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS) – Brasil)

Henrique Figueiredo Carneiro (Universidade de Fortaleza, Fortaleza (CE) – Brasil)

Marcelo da Silva Araújo Tavares (Universidade de Brasília, Brasília (DF) – Brasil)



Nilson Gomes Vieira Filho (Universidade Federal do Amazonas, Amazonas (AM) – Brasil)

Luis Antonio dos Santos Baptista (Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (RJ) – Brasil)

Jornal do Federal



O Jornal do Federal, periódico que apresenta matérias e textos diversos na área de Psicologia e relata as atividades que envolvem o Sistema Conselhos de Psicologia, teve quatro edições no ano de 2011.

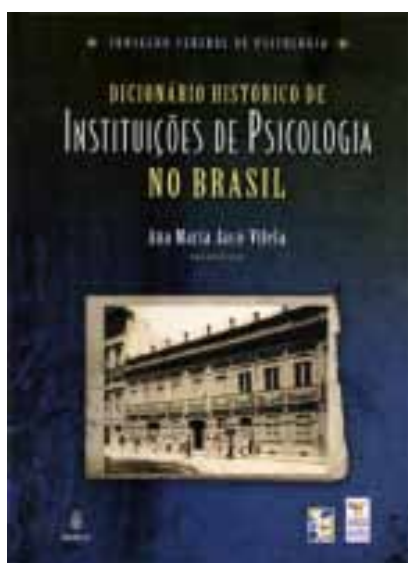
Informe *on-line* e Notícias do POL

Com periodicidade quinzenal, o Boletim do CFP traz notícias acerca das atividades do CFP. Até o final de 2011, foram enviados 25 boletins. Já o Notícias do POL é uma ferramenta para comunicados urgentes, bem como para o envio de boletins temáticos. Foram enviados 22 durante o ano de 2011. Dentre eles, houve alguns especiais, com temas como o Dia Internacional da Mulher, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, entre outros.

4.2 Projeto Memória da Psicologia Brasileira

O Projeto Memória da Psicologia Brasileira vem sendo realizado pelos Conselhos de Psicologia desde o final dos anos 90. Ele foi formalizado em 1999, com o objetivo estratégico de estabelecer uma referência temporal para a profissão e criar um sentimento de ancestralidade para a construção da profissão comprometida com a realidade social brasileira. O apoio a pesquisas e a trabalhos acadêmicos tinha o sentido de contribuir com a sistematização do conhecimento histórico sobre a profissão, algo que gera efeitos diretos na vida dos profissionais, porque constrói referências e permite que sejam observados caminhos do desenvolvimento de sua profissão no país.

Subprojeto Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil



O CFP lançou, durante o VII Congresso Norte e Nordeste de Psicologia (VII Conp-

si), realizado entre os dias 11 e 14 de maio de 2011, em Salvador (BA), o Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil. A preparação do Dicionário mobilizou uma equipe com mais de 200 autores em vários estados brasileiros, recolhendo cerca de 260 verbetes que passaram por análise historiográfica e de estilo. A publicação resgata o histórico de instituições da profissão criadas entre o século XIX e final do século XX. O Dicionário faz parte do Projeto Memória da Psicologia Brasileira e servirá para estudantes, professores e pesquisadores, como também para profissionais que se interessam em entender as origens e tendências de sua própria atuação.

Subprojeto Histórias da Psicologia no Brasil

Foram publicados em 2011 os livros “Clínica-Escola: Um Percurso na História e na Formação em Psicologia no Brasil” e “Psicologia e Direitos da Infância: Esboço para uma História Recente da Profissão no Brasil”.

4.3 Relatórios de eventos e atividades publicados

Textos geradores

- Ano da Avaliação Psicológica.

II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres.

Relatório de eventos

- Nenhuma forma de violência vale a pena – VI Seminário Nacional de Direitos Humanos.

- Psicologia de Emergências e Desastres na América Latina: Promoção de Direitos e Construção de Estratégias de Atuação.

Subsídios para Conferências de Políticas Públicas

- Como os Psicólogos e as Psicólogas podem Contribuir para Avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para Gestoras e Gestores.
- Senhoras e Senhores Gestores da Saúde, como a Psicologia pode Contribuir para o Avanço do SUS.
- Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto nº 7.508/2011.

BVS-Psi

- BVS-Psi: 10 anos divulgando a Psicologia.

Relatório Inspeção

- Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: Locais de Internação para Usuários de Drogas.

Estudo

- Abandonados nos Desastres: uma Análise Sociológica de Dimensões Objetivas e Simbólicas de Afetação de Grupos Sociais Desabrigados e Desalojados.

Planejamento estratégico

- Planejamento Unificado para o tema “Álcool e Outras Drogas” 2011–2013.

4.4 Sites, Hotsites e Sistemas para Inscrição On-line em Eventos

Em 2011, o Setor de Informática do CFP construiu e alimentou as seguintes páginas na *internet*, em *hotsites* e em sistemas de inscrição *on-line* de eventos:

- II Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) das Relações Raciais e Subjetividades – <http://psinep.pol.org.br/>
- Seminário: Serviços Psicológicos *On-line* - <http://psionline.cfp.org.br/>
- X CONPE – Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional – <http://www.conpe.com.br>
- VI Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas – <http://politicaspUBLICAS.pol.org.br>
- VII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos – <http://direitoshumanos.cfp.org.br/>
- 8 de março: Psicologia: Profissão de muitas e diferentes mulheres – <http://mulher.pol.org.br/>
- II Seminário: Emergências e Desastres – <http://emergenciasedesastres.cfp.org.br/>
- III Congresso Latino-americano de Orientação Profissional da ABOP & I Fórum de Pesquisa em Orientação Profissional e de Carreira – <http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/abop/> e <http://congresso.abopbrasil.org.br>
- V Mostra Regional de Práticas em Psicologia – <http://www.crprj.org.br/mostra/> e <http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/mostrarjv>
- II Mostra Nacional de Práticas Profissionais – <http://mostra.cfp.org.br/> e <http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/mostra/sistema>

Outros Hotsites:

- Não ao Ato Médico – <http://www.naoaoa-tomedico.org.br>
- 2º Mostra Nacional de Práticas em Psicologia – <http://mostra.cfp.org.br>
- Credenciamento de Sites – <http://selo.cfp.org.br>

4.5 Notas e manifestos

Notas públicas do CFP em 2011:

Nota: CFP solidário às comunidades atingidas pelas chuvas de janeiro.

14 de janeiro de 2011

Nota de apoio à ABGLT.

2 de abril de 2011

Nota sobre assassinatos de adolescentes no Rio de Janeiro.

7 de abril de 2011

Nota do CFP sobre decisão da justiça que mantém validade das eleições do CRP-04, realizadas em 2010.

19 de abril de 2011

CFP manifesta seu apoio à ativista da luta antimanicomial.

20 de abril de 2011

Nota do Conselho Federal de Psicologia sobre o exercício profissional.

5 de maio de 2011

CFP parabeniza decisão do STF.

6 de maio de 2011

Nota do CFP: sobre a suspensão do kit do projeto Escola sem Homofobia.

27 de maio de 2011

CFP apóia aprovação do PL SUAS.

1 de junho de 2011

Nota do CFP: pelo fim da violência contra os trabalhadores rurais da Amazônia.

6 de junho de 2011

Nota do CFP: Que material substituirá o kit do projeto Escola sem Homofobia?

16 de junho de 2011

Nota pública do Conselho Federal de Psicologia sobre a resolução que regula o trabalho do Psicólogo no sistema prisional.

8 de julho de 2011

Conselho Federal de Psicologia se posiciona frente à internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de crack e pela não inclusão das comunidades terapêuticas na rede de serviços do SUS.

9 de agosto de 2011

CFP lança manifesto e abaixo-assinado sobre Drogas, pelo tratamento sem segregação.

15 de agosto de 2011

Nota sobre Resolução que regulamenta Escuta de Crianças e Adolescentes em situação de violência.

25 de agosto de 2011

27 de agosto: parabéns psicóloga, parabéns psicólogo.

26 de agosto de 2011

Nota explica posição do CFP sobre escuta psicológica de crianças e adolescentes em situação de violência.

13 de setembro de 2011

CFP apoia marcha que reivindica 10% do PIB para a educação.

26 de outubro de 2011

Manifesto Público do Conselho Federal de Psicologia aos Conselhos de Direito.

18 de novembro de 2011

Nota de repúdio ao ataque de pistoleiros a comunidade indígena Kaiowá no MS.

22 de novembro de 2011

Por uma política de álcool e outras drogas não segregativa e pública: carta à presidenta Dilma.

24 de novembro de 2011

Nota de posicionamento do CFP sobre o Ato Médico.

25 de novembro de 2011

CFP apoia nota de juízes sobre o parto de mulheres algemadas.

5 de dezembro de 2011

Nota de Esclarecimento sobre Resolução nº 13/2007, sobre cursos de especialista em Psicologia do Trânsito.

8 de dezembro de 2011

SI Brasil, ampliação e melhorias das fontes de informação que sustentam a BVS-Psi ULAPSI Brasil e a BVS-Psi ULAPSI.

A comemoração dos 10 Anos da BVS-Psi foi motivo de ações durante todo o ano de 2011.

Em maio, no VII Conpsi, a BVS-Psi voltou a Salvador para comemorar o sucesso do projeto, lançado em 2001, e certificar sua relevância enquanto fonte de informação científica especializada em Psicologia. Um dos eventos comemorativos, a mesa redonda "10 Anos de BVS-Psi: Fortalecendo a Psicologia Brasileira e Latinoamericana", foi coordenada por Acácia Aparecida Angeli dos Santos e contou com a exposição de Maria Imaculada Cardoso Sampaio, coordenadora técnica da BVS-Psi ULAPSI Brasil e BVS-Psi ULAPSI, Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni, presidente da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP) e Ana Mercês Bahia Bock, secretária executiva da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).

Uma ação de resgate da memória foi a publicação do livro: "BVS-Psi: 10 Anos Divulgando a Psicologia", que faz um breve relato do projeto ao longo dos 10 anos a partir de seu lançamento, em 2001. Além do histórico, o livro apresenta depoimentos dos pioneiros da Biblioteca Virtual: Abel Packer, Ana Mercês Bahia Bock, Marcos Ferreira, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Sílvia Helena Koller. O livro está disponível em acesso aberto:

<http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/BVSPSI-FINAL.pdf>

4.6 BVS-Psi e BVS ULAPSI

O ano de 2011 foi marcado por eventos importantes, para a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), como por exemplo: as comemorações dos 10 Anos da BVS-Psi ULAPSI Brasil, o lançamento da BVS-Psi ULAPSI Uruguai, as comemorações do Dia Nacional da BVS-Psi ULAP-

Comemorado no dia 31 de agosto de 2011, o Dia Nacional da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), foi marcado por atividades desenvolvidas em diversas bibliotecas da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP) e por um debate *on-line* que somou 1.050 conexões. O evento comemorou, também, os 10 anos da Biblioteca Virtual de Psicologia, lançada em 2001, em Salvador, Bahia.

Em setembro de 2011, no VIII Encontro Nacional da ABEP, a mesa redonda: “Diálogo com Navegadores e Futuros Navegadores da BVS-Psi ULAPSI Brasil em Busca de Novas Perspectivas” foi coordenado por Roberta Gurgel Azzi e contou com a presença de Dreyf de Assis Gonçalves e Maria Imaculada Cardoso Sampaio. Após uma breve introdução sobre o papel, objetivos e principais fontes de informação da BVS-Psi os participantes da mesa redonda puderam navegar na Biblioteca Virtual e tirar dúvidas sobre os temas recém-publicados, as revistas publicadas no PePSIC, os trabalhos de conclusão de cursos, os livros eletrônicos e a terminologia em Psicologia. O uso dos elementos de truncamento e o refinamento das buscas despertaram a atenção dos participantes. A oportunidade se apresentou excelente para instruir sobre o uso da BVS-Psi e aproximar ainda mais o usuário da importante fonte de informação. A BVS-Psi também promoveu o curso: “Artigo Científico: dos Fundamentos à Submissão” no Encontro da ABEP e foi feito o lançamento oficial do livro comemorativo aos 10 anos da Biblioteca Virtual em Psicologia.

As bibliotecas da ReBAP promoveram capacitação no uso da BVS-Psi, fizeram demonstração e ministraram palestras sobre a Biblioteca Virtual e muitas transmitiram o debate *on-line*. Entregaram, também, diversos tipos de folhetos explicativos sobre a importante fonte de informação. Os cursos de Psicologia também participaram ativamente do evento Transmitido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), o debate teve como objetivo reunir estudantes, profissionais e pesquisadores nas universidades, locais de trabalho e bibliotecas, para divulgar os diferentes usos que pode ter a BVS-Psi, instrumento de pesquisa importante para a atualização das psicólogas e dos psicólogos de todas as áreas da profissão.

Participaram do debate: Ana Bock, ex-presidente do CFP e atual secretária executiva da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI); Rodolfo Ambiel, pesquisador e professor da Universidade São Francisco; Sara Torres, bibliotecária pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora técnica da Estação BVS-Psi do CRP-03; e um aluno de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), Rodrigo da Silva Rodrigues Lermes.

A mediação do debate foi realizada por Maria Imaculada Cardoso Sampaio, da coordenação da BVS-Psi e diretora da Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP, que juntamente com Ana Bock coordenou a mesa.

Após breve apresentação do significado do evento e do que a BVS-Psi representa para cada uma das categorias pre-

sentos, os integrantes da mesa passaram a interagir com a audiência por meio das respostas às mensagens recebidas. As perguntas e manifestações chegaram do Amazonas, da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Rondônia, de São Paulo, da Espanha e de Portugal.

Guararapes (PE) reuniu aproximadamente 150 pessoas no auditório entre alunos, professores e bibliotecários e na Bahia 100 pessoas acompanhavam o debate. Outras universidades também reuniram muitas pessoas em torno do debate e informaram posteriormente.

As bibliotecas da ReBAP também participaram ativamente do Dia Nacional da BVS-Psi e desenvolveram muitas atividades para capacitar o usuário para a utilização da Biblioteca Virtual. A Exposição Itinerante do Livro Vermelho de Jung também aproximou as bibliotecas da Rede e foi patrocinada nas seguintes instituições:

- 1) Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: de 10 a 21 de Outubro de 2011.
- 2) Biblioteca da Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília – UCB: de 30 de Maio a 03 de Junho de 2011.
- 3) Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia – UFU: de 20 a 24 de Junho de 2011.
- 4) Biblioteca da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – FACEL: de 02 a 05 de Maio de 2011.
- 5) Biblioteca Senador Jessé Pinto Freire da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte – FACEX: de 30 de Março a 05 de Abril de 2011.

- 6) Biblioteca da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN: de 08 a 11 de Abril de 2011.
- 7) Biblioteca Mario Osorio Marques da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ: de 20 a 26 de Abril de 2011.
- 8) Biblioteca Dante Alighieri da Sociedade Educacional Leonardo da Vinci – UNIASSELVI / FAMEBLU: de 10 a 16 de Março de 2011.
- 9) Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN: de 21 a 25 de Março de 2011.
- 10) Biblioteca da Universidade FUMEC: de 14 a 18 de Fevereiro de 2011.

As bases de dados que sustentam a BVS-Psi ULAPSI Brasil contavam, no final do ano de 2011, com 48.463 registros, assim distribuídos:

- Index Psi Revistas Técnico-Científicas (36664);
- Index Psi Divulgação Científica (2487);
- Index Psi TESES (6651);
- Index Psi LIVROS (2661); e
- Livros eletrônicos (70 títulos).

BVS-Psi ULAPSI

A BVS-Psi ULAPSI também avançou no ano de 2011. O lançamento da BVS-Psi Uruguai, em novembro, significou um grande passo rumo à consolidação da rede de informação em Psicologia. Totalmente estruturada, a Biblioteca Virtual uruguaia já nasceu com a base de dados nacional com 2100 registros. Essa base de dados reúne a literatura de Psicologia publicada naquele país e que está sendo organizada pela rede de bibliotecas.

Realizado em Lima, de 21 a 23 de julho de 2001, o *XV Congreso Nacional / V Congreso Internacional de Psicología del Perú* reuniu representantes de diversos países da América Latina que integram a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) para discutir sobre ensino, pesquisa e práticas da Psicologia e para promover o avanço da Biblioteca Virtual de Psicologia do Peru. Nos dias que antecederam o Congresso, realizou-se o I Encontro Brasileiro e Peruano de Psicologia, que representou uma oportunidade para a troca de experiências e ideias entre profissionais da Psicologia dos dois países. O evento foi realizado pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Colégio de Psicólogos do Peru. A BVS-Psi ULAPSI esteve presente e promoveu o taller "Como preparar artículo científico" para 12 alunos e editores de revistas de Psicologia peruanas e no dia 22 participou do "*Simposio de Información y Gestión del Conocimiento en Psicología*."

As bibliotecas virtuais da Argentina e da Colômbia avançaram bastante

no ano de 2011 e implantaram melhorias nas telas de entrada e nas bases de dados. A base de dados nacional da Argentina conta com 12.128 registros e da Colômbia com 4.105. Nos demais países os projetos não tiveram avanços significativos.

O Portal de Revistas Eletrônicas de Psicologia migrou para a versão atual de Portal do SciELO e agregou muitos títulos de revistas da área. Com essa nova versão, contamos atualmente com:

- 109 Periódicos;
- 1.330 Fascículos;
- 17.610 Artigos;
- 371.431 Citações.

A BVS-Psi ULAPSI Brasil e a BVS-Psi ULAPSI vêm se firmando como um espaço de integração da Psicologia latino-americana. Mais do que bases de dados em acesso aberto na *internet*, a BVS-Psi é uma filosofia de trabalho, na qual a produção, organização e disseminação de conhecimentos é a chave do desenvolvimento do ser humano.

5.1 Reuniões do XV Plenário

O XV Plenário do CFP, composto por 22 conselheiros, sendo nove efetivos, onze suplentes e duas psicólogas convidadas, realizou reuniões para discutir e encaminhar as políticas deliberadas pelo VII Congresso Nacional da Psicologia:

- a) 15 reuniões Plenárias do XV Plenário do CFP;
- b) 20 reuniões de Diretoria, sendo nove presenciais em Brasília/DF, uma presencial em São Paulo/SP e 10 telefônicas;
- c) Duas Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças;
- d) Cinco reuniões de Presidentes, sendo duas presenciais em Brasília/DF e três telefônicas;
- e) Duas reuniões de Tesoureiros, ambas presenciais;
- f) No ano de 2011, foram realizadas 226 reuniões telefônicas, com 2.200 participantes.
- g) COE/COF



Reuniões realizadas de dois em dois anos, com a participação de dois representantes de cada CRP e CFP. A COE aconteceu nos dias 25 e 26 de Março, em Brasília (DF), e a COF nos dias 29 e 30 de abril, em Brasília (DF).

Auditorias

Entre os meses de fevereiro e junho de 2011 foram realizadas 20 auditorias, por empresa independente, conforme diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), uma em cada CRP e uma no CFP.

Planejamentos estratégicos conjuntos

Em 2011 foram realizados três planejamentos estratégicos conjuntos, sendo dois entre o CFP e os CRPs, com participação de dois representantes de cada CRP e do CFP, e um entre o CFP e a ABEP.

- a) Planejamento estratégico Álcool e outras Drogas, dias 17 e 18 de março, em Brasília (DF);
- b) Planejamento estratégico Emergências e Desastres, dias 8 e 9 de abril, em Brasília (DF);
- c) Planejamento estratégico Formação, dia 15 de abril, em Brasília (DF).

Planejamento estratégico do CFP

Realizado em janeiro e fevereiro de 2011. Gerou o plano de ações do CFP trienal e para o ano de 2011.

Documentos oficiais produzidos:

- a) Encaminhamentos/sínteses – 22, entre Reuniões Plenárias, APAFs e Reuniões de Presidentes;
- b) Atas – 19, entre Reuniões Plenárias, APAFs e Reuniões de Presidentes;

- c) Total de documentos oficiais para arquivo do CFP: 41.

No Planejamento Estratégico de 2011 foram identificadas diversas teses do VII CNP sobre as relações da Psicologia com a Sociedade e com o Estado, que indicavam a necessidade de maior inclusão da Psicologia junto aos órgãos de controle social.

Neste sentido, o CFP fez uma proposta para a realização de um seminário nacional com o tema “Ampliação e Qualificação da Presença da Psicologia nos Conselhos de Direitos”, com psicólogas e psicólogos integrantes dos diversos Conselhos de Direitos, estaduais ou nacionais, e convidados.

Audiências

Audiência com o Ministro das Comunicações 27/01/11 Brasília/DF – Roseli Goffman.

PAUTA: POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO.

Audiência com o Secretário de Saúde de Minas Gerais, Antonio Jorge de Souza Marques 09/02/11 Belo Horizonte/MG – Humberto Cota Verona.

PAUTA: ÁLCOOL E DROGAS.

Audiência com Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 24/2/11 Brasília/DF – Humberto Verona.

PAUTA: AGENDA COMUM COM ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Agenda com o Deputado Federal Marcus Pestana (Continuidade da audiência

com o Secretário de Saúde de Minas Gerais em 08/02/2011) 28/02/11 Belo Horizonte/ MG – Humberto Cota Verona.

PAUTA: ÁLCOOL E DROGAS.

Audiência com a Assessoria da Presidência da República (Swendenberger Barbosa) 25/03/11 Brasília/DF – Humberto Cota Verona / Deise Maria do Nascimento.

PAUTA: ANUIDADES E LEI Nº 5766/71.

Audiência com Ministra dos Direitos Humanos: Maria do Rosário. 31/03/11 Brasília/DF –Humberto Cota Verona.

PAUTA: DIREITOS HUMANOS / ÁLCOOL E DROGAS.

Audiência na Procuradoria da República do Distrito Federal 15/04/11 Brasília/DF – Humberto Cota Verona.

PAUTA: SISTEMA PRISIONAL / ÁLCOOL E DROGAS.

Audiência com a Deputada Luiza Erundina sobre Educação Sexual no Ensino Fundamental e Médio 03/05/11 a 06/05/11 Brasília/DF – Ângela Fátima Soligo.

PAUTA: EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

Audiência na Casa Civil sobre a Lei nº 5766 10/05/11 Brasília/DF – Fernando Nazaré /Yvone Duarte / Claudismar Zupiroli.

PAUTA: LEI Nº 5766/71 E ANUIDADES.

Audiência com o Senador Romero Jucá 13/05/11 Brasília/DF – Fernando Nazaré /Yvone Duarte.

PAUTA: REFORMULAÇÃO DA LEI Nº 5766/71.

Audiência com o Conselho Federal de Administração 19/05/11 Brasília/DF –Monalisa Nascimento dos Santos Barros.

PAUTA: RECURSOS HUMANOS – TRABALHO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL

Audiência com o Deputado Federal Mauro Nazif 08/06/11 Brasília/ DF – Fernanda Lou Sans Magano.

Audiência com o Conselho Nacional de Justiça 22/6/11 Brasília/DF Sandra Amorim / Esther Arantes.

PAUTA: ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Audiência com a Senadora Marta Suplicy 30/06/11 Brasília/DF – Monalisa Nascimento dos Santos Barros / Yvone Duarte.

PAUTA: PLs DE INTERESSE DA PSICOLOGIA – LEI Nº 5766/71.

Audiência Ensino Médio com a Deputada Federal Luiza Erundina 01/07/11 São Paulo/SP

PAUTA: PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO.

Audiência sobre Drogas e Álcool com a Prefeitura de Belo Horizonte 06/07/11 Belo Horizonte/ MG – Márcia Mansur Saadallah.

PAUTA: ÁLCOOL E DROGAS.

Audiência com Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia 07/07/11 – Yvone Duarte.

PAUTA: EMERGÊNCIAS E DESASTRES.

Audiência com a Ministra Maria do Rosário 02/08/11 Brasília/DF – Sandra Maria Francisco de Amorim / Esther Maria de Magalhães Arantes.

PAUTA: ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.

Audiência do CFP com o Secretário de Atenção à Saúde – Dr. Helvécio Magalhães 03/08/11 Brasília/DF – Maria Erminia Ciliberti / Humberto Cota Verona.

PAUTA: ÁLCOOL E DROGAS – REDE PSICOSSOCIAL.

Audiência com a Secretaria-Geral da República para entrega do relatório de Saúde Mental 11/08/11 Brasília/DF – Humberto Cota Verona.

PAUTA: INSPEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS – ÁLCOOL E DROGAS.

Audiência com o Secretário de Defesa Civil – Humberto Viana 11/08/11 Brasília/DF – José Magalhães / Clara

Goldman Ribemboim / Marcos Ferreira / Humberto Cota Verona.

PAUTA: EMERGÊNCIAS E DESASTRES.

Audiência com Ministro das Comunicações 18/10/11 Brasília/DF – Roseli Goffman.

PAUTA: MARCO REGULATÓRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Audiência com Deputado Federal Glauber Braga 27/10/11 Brasília/DF – Marcos Ferreira / Yvone Duarte.

PAUTA: EMERGÊNCIAS E DESASTRES.

Audiência com a Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffman 25/11/11 Brasília/DF – Representantes do CFP e da Renila (Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial).

Audiência com o Ministro da Saúde Alexandre Padilha 29/11/11 Brasília/DF – Monalisa Nascimento dos Santos Barros.

PAUTA: PLANO CRACK E DISCUSSÃO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO A COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.

5.2 Fóruns e Representações

Participação em Conferências

Em 2011, o CFP esteve presente em 15 Conferências, com diversos estandes e mobilizações das psicólogas e psicólogos presentes. O objetivo foi não só influenciar os debates gerados nas Conferências, mas também divulgar a Psicologia e promover a articulação política durante os eventos.

Confira a seguir as Conferências em que o CFP esteve presente no ano de 2011:

- 9º Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (06/06/11)
- Abertura da Conferência Estadual dos Direitos da Mulher em Recife (PE) (25/08/11)
- Conferência de Saúde do Estado de São Paulo em São Paulo (SP) (31/08/11 a 02/09/11)
- Conferência livre de Assistentes Sociais, Psicólogos e Defensores dos Direitos da Criança e do Adolescente no Rio de Janeiro (RJ) (30/09/11)
- Conferência Estadual de Assistência Social de Sergipe em Aracaju (SE) (17/10/11)

- VIII Conferência Estadual de Assistência Social em Belém (PA) (18/10/11 a 20/10/11)
- I Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais em Saúde no Rio de Janeiro/RJ (19/10/11 a 21/10/11)
- II Conferência Estadual LGBT no Amapá (PA) (10/11/11)
- II Conferência LGBT em João Pessoa (PB) (10/11/11 a 12/11/11)
- 3º Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em Brasília (DF) (23/11/11 a 25/11/11)
- 14ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília (DF) (30/11/11 a 04/12/11)
- VIII Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília (DF) (07/12/11 a 10/12/11)
- II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude em Brasília (DF) (09/12/11 a 12/12/11)
- 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasília (DF) (12/12/11 a 14/12/11)
- 2ª Conferência Nacional LGBT em Brasília (DF) (15/12/11 a 18/12/11)

Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM/CNS)

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador (CIST/CNS)

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

Comissão Permanente de Assistência Farmacêutica (CPAF/CNS)

Representante: Marilene Proença

Comissão Permanente de Saúde Suplementar

Representante: Anice Holanda

Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT – CNCD/LGBT – SDH

Representante: Celso Tondin

Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT do CNCD/LGBT

Representante: Celso Tondin

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República

Representante: Clara Goldman (até 2011)

Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP)

Representante: Flávia Lemos

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Representante: Márcia Mansur

Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social (CNAS)

Representante: Márcia Mansur

Conselho de Comunicação Social – Congresso Nacional

Representante: Roseli Goffman

Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – Conad/Ministério da Justiça

Representante: Marcus Vinícius

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (suplente)

Representante: Sandra Amorim

Conselho Nacional de Defesa dos Direitos do Idoso (CNDI – SDH) (observador)

Representante: Maria Christina Veras

Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira FENPB

Representantes: Humberto Verona e Clara Goldman

GT Políticas Públicas – FENPB: Celso Tondin

GT Ensino Médio – FENPB0: Tânia Brasileiro

GT Avaliação Psicológica – FENPB: Ana Paula Noronha

Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS)

Representante: Heloiza Massanaro

Frente dos Conselhos Profissionais da Área de Saúde (FCPAS)

Representante: Heloiza Massanaro

FCFAS: GT Educação e Residência multiprofissional: Heloiza Massanaro

Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos

Representante: Elisa Zaneratto

Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (FNDCA)

Representante: Flávia Lemos (até 2011)

Fórum Nacional dos Conselhos das Profissões Regulamentadas

Representante: Deise Nascimento

Fórum Permanente do Mercosul – Exercício Profissional – Ministério da Saúde

Representante: Tânia Brasileiro

Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS)

Representante: Iolete Ribeiro

Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FETSUAS)

Representante: Marcia Mansur Saadallah

Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC)

Representante: Roseli Gofman

Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde (FENTAS)

Representante: Maria Erminia Ciliberti

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade

Representante: Celso Tondin

Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

Representante: Ana Luiza Castro

Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde – CRTS – Ministério da Saúde

Representante: Odair Furtado

Subgrupo de Acupuntura – CRTS – Ministério da Saúde: Heloiza Massanaro

Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito (CTSMA / DENATRAM)

Representante: Fabián Rueda

Câmara Setorial de Serviços de Saúde (ANVISA)

Representante: Maria Christina Veras

Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (CNDST/AIDS – CNAIDS) – Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde

Representante: Monalisa Barros

Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional (CNPCT – SDH) Presidência da República

Representante: Janne Calhau

Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal – Ministério da Saúde

Representante: Clara Goldman

Grupo de Trabalho Programa Saúde Mental e AIDS – Ministério da Saúde

Representante: Monalisa Barros

Grupo de Trabalho Estudos e Contribuições sobre Qualificação de Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – ANS

Representante: Anice Holanda

Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos – ANS

Representante: Anice Holanda

Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária – Ministério das Relações Exteriores

Representante: Clara Goldman

5.3 Comissões e Grupos de Trabalho

A Coordenadoria Técnica do CFP assessorou, em 2011, as seguintes Comissões e Grupos de Trabalho:

GT's:

- GT de Álcool e outras Drogas;
- GT de Acompanhamento de Projetos Legislativos;
- GT de Mobilidade Urbana e Trânsito na Perspectiva Social;
- GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização dos Sistemas Conselhos de Psicologia;
- GT Nacional de Emergências e Desastres;
- GT Psicologia Organizacional;
- GT Sistema Prisional;
- GT Escala Hare;
- GT Ano Temático da Avaliação Psicológica;
- GT de Credenciamento de *Sites*.

Comissões:

- Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica;
- Comissão Nacional de Credenciamentos de Sites;
- Comissão Nacional de Direitos Humanos;
- Comissão de Saúde.

6 – Administrativo – Financeiro

Em 2011, a receita do CFP atingiu R\$ 18.752.217,84, que representa 76,55% da prevista, e as despesas atingiram R\$ 18.562.374,88, que representam 75,77% do fixado, obtendo-se superávit orçamentário no exercício no montante de R\$ 189.842,96.

Comparando-se a execução dos exercícios de 2010 e 2011, verifica-se

que o crescimento da receita foi de 10,74% (excluindo o superávit de 2011), enquanto a despesa apresentou crescimento de 5,00%.

Na análise patrimonial, durante o exercício, o Conselho Federal de Psicologia obteve superávit patrimonial de R\$ 519.639,79, aumentando seu patrimônio líquido em 2,76%.

Balanco orçamentário			
Contas de receitas	Previsão	Execução	Diferença
Receitas correntes	17.779.635,24	17.188.081,74	(591.553,50)
Receita de contribuicoes			
Receita patrimonial	951.000,00	1.220.600,56	269.600,56
Receita de servicos	15.000,00	17.012,64	2.012,64
Transferencias correntes	16.743.635,24	15.746.449,43	(997.185,81)
Outras receitas correntes	70.000,00	204.019,11	134.019,11
Receitas de capital	6.718.687,80	1.564.136,10	(5.154.551,70)
Operacoes de credito	0,00	0,00	0,00
Alienacao de bens	0,00	0,00	0,00
Amortizacao de emprestimos (amortização empréstimos CRPS)	260.000,00	364.136,10	104.136,10
Transferencias de capital	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital (superávit proposto)	6.458.687,80	1.200.000,00	(5.258.687,80)
Subtotais	24.498.323,04	18.752.217,84	(5.746.105,20)
Totais	24.498.323,04	18.752.217,84	(5.746.105,20)
Contas de despesas	Fixação	Execução	Diferença
Despesas correntes	20.523.521,60	16.644.159,56	(3.879.362,04)
Despesas de custeio	17.561.743,33	14.348.787,55	(3.212.955,78)
Transferencias correntes	2.961.778,27	2.295.372,01	(666.406,26)
Despesas de capital	3.974.801,44	1.918.215,32	(2.056.586,12)
Investimentos (aquisição equipamentos)	1.250.000,00	1.073.215,32	(176.784,68)
Inversoes financeiras (concessão empréstimos aos crps)	1.550.000,00	845.000,00	(705.000,00)
Transferencias de capital (inadimplência/reservas)	1.174.801,44	0,00	(1.174.801,44)
Subtotais	24.498.323,04	18.562.374,88	(5.935.948,16)
Superávit (receitas menos despesas)	0,00	189.842,96	189.842,96
Totais	24.498.323,04	18.752.217,84	(5.746.105,20)

Auditoria

Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Federal, pela empresa Soma – Auditoria Métodos Organizacionais

e Sistemas, abrangendo o exercício de 2010, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

7 – Assessoria Parlamentar

Desde abril de 2011, a Macropolítica Assessoria e Consultoria Política é responsável pela prestação de serviço de Assessoria Parlamentar e Governamental do CFP, com o objetivo de colaborar com a atuação do Conselho junto ao Congresso Nacional.

A Assessoria Parlamentar é responsável pelo acompanhamento de assuntos de interesse do CFP em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Monitoramento constante de projetos de lei, pronunciamentos, debates e audiências públicas que tratam do Ato Médico, Psicologia e educação, prevenção ao uso de drogas e tratamento do dependente químico, jornada de trabalho das psicólogas e dos psicólogos, dentre outros, são alguns dos exemplos das atividades prestadas.

Além da assessoria e consultoria para a atuação no Congresso Nacional, a Macropolítica edita e envia alguns produtos personalizados para o CFP.

Semanalmente, são enviados dois informes:

Às segundas, a Pauta da Semana contém a agenda de votação dos projetos de interesse nas comissões e nos plenários da Câmara e do Senado;

Às sextas, o Resultado da Semana contém o resumo dos pronunciamentos, resultado das votações que estavam previstas e relação das matérias novas apresentadas. Ambos são elabo-

rados com exclusividade para o CFP, de acordo com os temas de interesse que são acompanhados.

Mensalmente, é enviada a Lista de Proposições em Monitoramento. Este produto lista todos os projetos com assunto de interesse prioritário para o CFP – contém informações sobre os cerca de

70 Projetos de Lei e outras proposições que são monitoradas diariamente pela Assessoria Parlamentar.

São realizados, ainda, relatórios sobre Projetos de Lei específicos, agendamento e acompanhamentos de audiências com parlamentares, além da elaboração de estratégias de atuação junto ao Poder Legislativo.

8 – Assessoria Jurídica

Ações e atividades da consultoria jurídica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no ano de 2011.

No desenvolvimento das atividades da assessoria jurídica ao CFP, empregou-se toda diligência e zelo, guardando, inclusive, sigilo profissional em relação aos encargos a ele confiados, prestando os serviços de forma idônea, com eficiência, competência e diligência, desenvolvendo as ações e as atividades que se seguem:

- 1 – Desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília (DF), e excepcionalmente em todo território nacional;
- 2 – Assessoramento jurídico ao Plenário, à Diretoria e demais setores do CFP;
- 3 – Elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias...);
- 4 – Assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;
- 5 – Acompanhamento judicial de processos que tramitaram em outros Estados da Federação;
- 6 – Elaboração de pareceres nos editais de licitação do CFP nas modalidades Pregão, Tomada de Preços, Convite e Leilão;

- 7 – Elaboração de pareceres conclusivos sobre as diversas consultas formuladas, mormente sobre a realização de procedimentos licitatórios, exercício profissional, procedimentos na área trabalhista, além de resposta às consultas formuladas pelos Conselhos Regionais de Psicologia;
- 8 – Treinamento dos Conselhos Regionais por intermédio do aperfeiçoamento das atividades exercidas pelas Comissões de Orientação e Ética dos Conselhos Regionais de Psicologia, ministrando curso acerca do processo ético;
- 9 – Participação no treinamento dos Conselhos Regionais no curso de aperfeiçoamento das Comissões de Orientação e Fiscalização;
- 10 – Acompanhamento das reuniões do Fórum dos Conselhos Federais de Profissão Regulamentada, bem como em audiências no Congresso Nacional acompanhando proposições de interesse da Psicologia;
- 11 – Assessoramento jurídico à Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.

9 – Ouvidoria

A Ouvidoria deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão, o profissional, ou uma determinada categoria profissional em suas relações com o ente ao qual está vinculado.

Funciona como um canal de comunicação direta entre o cidadão (profissional) e o ente com o qual está ou mantém determinado vínculo, permitindo que este, com suas críticas, sugestões ou dúvidas, possa colaborar para a melhoria dos serviços prestados ou para a solução de sua demanda.

Estabelecida de forma heterogênea, a ouvidoria hoje é um poderoso canal por meio do qual o cidadão pode participar de forma efetiva do controle social, que poderá ser percebido independentemente do Poder a que esteja vinculado ou do nível federativo a que pertença.

Funções:

- Agir como agente promotora de mudanças, favorecendo uma gestão flexível e voltada para a satisfação das necessidades do cidadão ou do profissional de determinada área, garantindo uma prestação de serviços de qualidade, de forma a assegurar a promoção da cidadania e do profissional requerente.
- Estreitar a relação entre a sociedade e a instituição, permitindo, de forma substancial, que o cidadão participe do controle de qualidade dos serviços prestados pela entidade.
- Ser mais que apenas um canal entre o cidadão (público ou categoria-alvo) e a

administração. É mediadora eficaz na busca de soluções de conflitos e de demandas complexas ou simples em sua forma, razões pelas quais se torna e cada vez mais se afirma como um instrumento vital e importante na estrutura da instituição.

- Facilitar a possibilidade do exercício de direitos de cidadania por todos os cidadãos, quer criticando, elogiando, sugerindo ou questionando medidas que venham ao encontro dos interesses da coletividade.

Início dos trabalhos

- As tendências e pedidos de instalação de uma Ouvidoria na estrutura do CFP surgiram durante o transcurso do VII Congresso Nacional da Psicologia, ocorrido entre os dias 3 a 6 de junho do ano de 2010.

- Em 27 de agosto de 2011, foi inaugurada a Ouvidoria junto ao Conselho Federal de Psicologia, iniciando-se, imediatamente, os trabalhos de recepção, registro, distribuição, cobrança e retorno aos interessados das demandas apresentadas por meio de captação de *e-mails*, telefonemas, *fax*, cartas e comparecimento pessoal.

Quantidade de contatos recebidos

Somando-se a quantidade de *e-mails*, telefonemas e outros meios de apresentação de demandas, pelos registros da Ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia já ocorreram cerca de 400 (quatrocentos) contatos atendidos desde a criação e implantação da Ouvidoria no CFP.

10 – Redes sociais

Em fevereiro de 2011, foram criadas as redes sociais do Conselho Federal – *Facebook* e *Twitter* – que passaram a servir como instrumentos potencializadores do diálogo entre o CFP, psicólogas, psicólogos e a sociedade em geral.

As redes se mostraram extremamente positivas para a divulgação de notícias, pois estas passaram a ser discutidas de forma ampla por meio de comentários e *tweets*, que podem ser compartilhados. Além disso, por ser uma página aberta, o *Facebook* possibilitou que qualquer pessoa pudesse postar notícias, pedir informações, iniciar debates e divulgar eventos da profissão, entre outras funcionalidades.

Diversos posicionamentos construídos pelo CFP e discussões de temas polêmicos tiveram início, no ano de 2011, pelas redes sociais, como foi o caso da questão da Psicologia e religiosidade. Outras questões recorrentes nas redes no ano de 2011 foram referentes à tramitação dos Projetos de Lei do Ato Médico e da adoção da carga horária de 30 horas para as psicólogas e os psicólogos.

No 2º semestre de 2011, também foram criadas abas no menu do *Facebook* chamadas “Perguntas Frequentes”, contendo respostas a questões recorrentes recebidas nas redes sociais, como as relativas à tramitação de projetos de lei, dúvidas de orientação e ética, serviços, entre outras. No menu do *Facebook* também foram adicionados *links* para os *hotsites*, canal do *You Tube* e *Twitter* do Conselho.

Crescimento

O *Facebook* teve crescimento exponencial desde o início do ano de 2011. Foram mais de 9 mil pessoas que “curtiram” a página do Conselho. Em 27 de maio, alcançamos mil usuários ativos mensalmente no *Facebook*, ou seja, aqueles que entram na página pelo menos 1 vez por mês e compartilham algum conteúdo ou atividade através de *sites* de terceiros.

Em dezembro de 2011, já tínhamos mais de 10 mil usuários ativos mensalmente e mais de 6 mil usuários ativos semanalmente. Em dezembro também alcançamos nosso recorde de visitas por dia, com 4.867 visitas.

No final do ano, mais dois recordes: de comentários por *post* (134 comentários), em outubro, e, em dezembro, de vezes que curtiram uma postagem: 274.

O número de vezes em que visualizaram um histórico de notícias entre pes-

soas que curtiram ou não a página foi de 1.561.577, entre fevereiro a dezembro de 2011. No mesmo período, chegou a mais de 9 mil o número de vezes que visitantes “curtiram” ou fizeram comentários.

A faixa etária da maioria dos usuários do *Facebook* é de 25 a 34 anos, sendo que 83% é formada por mulheres. Das pessoas que “curtiram” a página do CFP, a maioria é de São Paulo (SP), seguida por Rio de Janeiro (RJ), e Salvador (BA).

No *Twitter* do CFP, o crescimento de novos seguidores também foi grande, com o alcance de mais de 3 mil seguidores.

O @cfp_psicologia teve 30% a mais de menções, recebimento de mais de 30% mensagens, e de 28% de cliques.

O público feminino também é majoritário entre os seguidores do *Twitter*, com 72% de mulheres, a maioria na faixa etária de 25 a 34 anos.

11 – Corpo Funcional do CFP – 2011

Quant.	Funcionários	Cargos	Departamentos
1	Alexsandro Barreto Gois	Assistente Administrativo Contábil	CCF
2	Alyne Monique de Sousa Farias	Assistente Administrativo	CCF
3	Ana Maria Torres de Sousa Maia	Assistente de Secretaria	NAOC
4	André Yokowo dos Santos	Assessor Técnico de Projetos	COTEC
5	Anielen de Oliveira Magalhaes	Assistente Administrativo	ASJUR
6	Antônio Carlos Everton Muniz	Assistente Administrativo	APOIO
7	Caleb Oliveira Freitas	Assistente Administrativo	APOIO/LICITAÇÃO
8	Camila Dias de Lima Silva	Assessor de Coordenadoria Técnica	COTEC
9	Carlene de Souza Dias Rezende	Assistente Administrativo	NAOC
10	Carmen Regina Ribeiro	Assessor de Projetos Especiais	
11	Carolina Menkes Reis	Assessora de Comunicação	ASCOM
12	Carolina Pereira Barbosa	Assessor de Projetos Especiais	ABEP
13	Cicero Beserra Torquato Junior	Assistente Administrativo	NAOC
14	Daniel Cicero Alves da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	APOIO
15	Daniela Ribeiro Mundim e Silva	Assessor de Coordenadoria Técnica	COTEC
16	Élton Ramos da Silva	Supervisor de Informática	SI
17	Fabiana Cristina Guimarães de Lima	Assistente Administrativo	CG
18	Fábio Almeida da Trindade	Auxiliar Administrativo	APOIO
19	Fabiola Borges Côrrea	Assessor de Coordenadoria Técnica	COTEC
20	Fernanda de Araújo Mendes	Assessora Técnica de Projetos	COTEC
21	Fernando Augusto M. Nazaré	Assessor Jurídico	ASJUR
22	Gilson de Souza Oliveira	Coordenador Contábil Financeiro	CCF
23	Gustavo Siqueira Gonçalves	Assistente Administrativo	ASCOM
24	Inaldo Ramos Ribeiro	Auxiliar de Informática	SI
25	Isabela Kanjo Nasser	Assistente Administrativo	NAPG
26	Ivan Moares de Oliveira	Web Designer	SI
27	Karina Rocha da C. P. Antunes	Programador Web	SI
28	Klebiston T dos Reis Ferreira	Assistente Administrativo	CREPOP
29	Leomar da Silva Santana	Programador Web	SI
30	Luciana Ferreira de S. Silva	Auxiliar Administrativo Contábil	CCF
31	Ludimila Rosa de Matos	Assistente Administrativo	NAPG
32	Lívia Domeneghetti Davanzo	Assessora de Comunicação	ASCOM
33	Lívia Marinho Avelino da Silva	Assistente Administrativo	NAPG
34	Macelo de Souza Alves	Telefonista	APOIO
35	Marcela Iwano	Assistente Administrativo	COTEC
36	Marcos Cavalcante Nobre	Web Designer	ASCOM
37	Mariza Bezerra Guimarães Moreira	Coordenador de Núcleo	NAOC
38	Michael Molinari Andrade	Assessor de Projetos II	
39	Natasha Ramos Reis da Fonseca	Assessor de Projetos Especiais	CREPOP
40	Patrícia Camilo F. da Silva	Assistente de Secretaria	APOIO
41	Paulo Juliano Garcia Carvalho	Ouvidor	OUVIDORIA
42	Poliana Kilian G de C Vieira	Telefonista	APOIO
43	Priscila Delgado de Carvalho	Assessora de Comunicação	ASCOM
44	Rafael Pereira Perdigão	Programador Web	SI
45	Renato César Bispo de Araújo	Assessor de Coordenadoria Técnica	COTEC
46	Roger Cael de Magalhães Mello	Assistente de Secretaria	CG
47	Romeu Olmar Klich	Assessor de Projetos Especiais	CREPOP
48	Romário Dias Santos	Auxiliar Administrativo	COTEC
49	Ronaldo Firmo Furtado	Auxiliar Administrativo	APOIO/LICITAÇÃO
50	Rosângela Duarte de Almeida	Assistente Administrativo	CCF
51	Sara Juliana B. Guadanhim	Assessor da Coordenadoria Técnica	COTEC
52	Tatiana Santos Freitas Queiroz Gomes	Assistente de Secretaria	CG
53	Thiago de Mélo Pacheco	Assistente Administrativo	CCF
54	Tânia Regina Zamberlam	Coordenador de Núcleo	NAPG
55	Veracy da Silva Fernandes	Auxiliar Administrativo	NAOC
56	Verônica Duarte Rodrigues de Araújo	Assistente Administrativo	ASCOM
57	Wladimir Rogério dos Reis	Supervisor SAA	APOIO/LICITAÇÃO
58	Yvone Magalhães Duarte	Coordenador Geral	CG



Conselho
Federal de
Psicologia